



**Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

GERALDO GONÇALVES DE LIMA

**O GRUPO ESCOLAR HONORATO BORGES EM
PATROCÍNIO – MINAS GERAIS (1912 – 1930): ENSAIOS DE
UMA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO.**

**Uberlândia – MG
2006**



**Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

GERALDO GONÇALVES DE LIMA

**O GRUPO ESCOLAR HONORATO BORGES EM
PATROCÍNIO – MINAS GERAIS (1912 – 1930): ENSAIOS DE
UMA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO.**

Dissertação apresentada à Banca Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa História e Historiografia da Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Décio Gatti Júnior.



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

E-Mail: mestreduca@ufu.br

Av. João Naves de Ávila, nº 2121 – Campus S^ª Mônica – Bloco “G”, CEP 38.400-092 – Uberlândia/MG. Telefax: (034)3239-4212

**COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO/MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ATA DO EXAME DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 10/2006

Aluno(a): Geraldo Gonçalves de Lima
Matrícula nº (5041517-1)

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e seis, realizou-se na Sala 1G145 do Bloco G do Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a sessão pública de defesa de dissertação: “O GRUPO ESCOLAR HONORATO BORGES EM PATROCÍNIO – MINAS GERAIS (1912-1930): ENSAIOS DE UMA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO”, apresentada pelo(a) mestrando(a) que concluiu os créditos exigidos para obtenção do grau de “Mestre em Educação”, segundo Regimento do Programa de Mestrado em Educação e os registros constantes no Setor de Pós-Graduação. Os trabalhos foram instalados às 9:15 horas pelo Prof. Dr. Décio Gatti Júnior presidente da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes professores: Prof. Dr. Antônio Chizzotti da PUC/SP, Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho da UFU e Prof. Dr. Décio Gatti Júnior da UFU, sendo o(a) orientador(a) da dissertação do(a) mestrando(a). Encerrados os trabalhos de arguição às 11:30 horas, os examinadores deram o parecer final sobre a dissertação, tendo sido atribuídas ao(à) mestrando(a) as seguintes menções:

Prof(a) Dr(a) Décio Gatti Júnior

menção: *Aprovado*

Prof(a) Dr(a) Antônio Chizzotti

menção: *aprovado*

Prof(a) Dr(a) Carlos Henrique de Carvalho

menção: *aprovado*

Menção Final (*Aprovado*).

A Banca Examinadora avalia como um excelente trabalho de mestrado, com
relevância de publicação após os ajustes necessários e sugestões de melhorias de estilo.

Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. Décio Gatti Júnior, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar, eu Gianni Carlos Freitas Barbosa, secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Uberlândia, 30 de maio de 2006.

Prof. Dr. Décio Gatti Júnior

(Prof. Titular)

Prof. Dr. Antônio Chizzotti

(Prof. Titular)

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho

(Prof. Titular)

Gianny Carlos Freitas Barbosa

(Secretária)

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

L732g Lima, Geraldo Gonçalves de, 1977 -
O Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio – Minas Gerais (1912 -1930) : ensaios de uma organização do ensino público primário / Geraldo Gonçalves de Lima. - Uberlândia, 2006.
163f.
Orientador: Décio Gatti Júnior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.
1. Educação - História - Teses. 2. Escolas públicas - Teses. I. Gatti Júnior, Décio. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU:

37 (091)

**Dedico este trabalho à minha família, em especial,
à Elaine, esposa, companheira e fiel,
que durante estes anos
me estimulou a nunca desistir
e a seguir firme na caminhada.**

Agradecimentos
Primeiramente
a Deus, força maior;
aos meus professores do Mestrado,
em especial ao meu orientador, Décio;
a todos os meus amigos e familiares, que de
uma forma ou de outra souberam me estimular;
às instituições que contribuíram para a
fundamentação deste trabalho, em especial,
à Universidade Federal de Uberlândia,
à Fundação Casa da Cultura de Patrocínio,
à 29.^a SRE de Patrocínio e
à Escola Municipal Honorato Borges.

“A escola como instância central dos sistemas educativos modernos e contemporâneos, estatais ou não, assumiu funções de produção e reprodução sócio-cultural, funções de controle e conformação ao nível dos comportamentos, ideologias, representações e expectativas, mas também funções de mobilidade, libertação, construção. Uma história muito rica e diversificada, nos planos estrutural e conjuntural, marcada por grandes investimentos teóricos e práticos, nos planos macro, micro e meso e sob abordagens comparadas e abordagens específicas.”

(Justino Magalhães)

“Entre eles se privilegia o da escolarização, em muitos espíritos transformado no único e grave problema da nacionalidade.”

(Jorge Nagle)

“Nesse contexto, a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para “organizar” o ensino, mas principalmente, como uma forma de “reinventar” a escola, objetivando tornar mais efetiva a sua contribuição aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade (e dos sujeitos sociais), pretendidos pelas elites mineiras. Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade.”

(Luciano Mendes de Faria Filho)

“Vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância. “Alicerce das sociedades modernas, garantia de paz, de liberdade, da ordem e do progresso social”; elemento de regeneração da nação. Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século XIX.”

(Rosa Fátima Souza)

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO.....01

1. POLÍTICA E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....19

1.1. Contexto histórico-brasileiro (1889 – 1930): a República Velha.....22

1.2. A questão educacional na Primeira República: ideário e discurso Liberal.....31

1.3. O Estado de Minas Gerais na República Velha.....41

1.4. Município de Patrocínio – M. G.: origens até os anos 1920.....46

1.5. Considerações Parciais.....61

2. A QUESTÃO DA MODERNIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA REPÚBLICA VELHA.....68

2.1. Reforma João Pinheiro (1906): a escola como instituição civilizatória.....70

2.2. Implementação dos Grupos Escolares: expressão educacional do Republicanismo.....78

2.3. Reforma Francisco Campos (1927/8): tentativas de modernização do ensino primário.....85

2.4. Considerações Parciais.....95

3. RACIONALIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO EM PATROCÍNIO – MINAS GERAIS: O GRUPO ESCOLAR HONORATO BORGES (1912 – 1930).....98

3.1. Criação (1912) e instalação (1914) do Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio – M. G.....101

3.2. A importância do Grupo Escolar Honorato Borges e a construção (1928 – 1930) da nova sede.....107

3.3. A questão do tempo e o currículo escolar: a normatização do processo ensino-aprendizagem.....118

3.4. Corpo docente e corpo discente: perfil e identidade.....132

3.5. Considerações Parciais.....143

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....147

MATERIAIS HISTÓRICOS:.....155

Referências Bibliográficas.....155

Impressos.....158

Manuscritos.....158

Iconografia.....159

Depoimentos.....159

APÊNDICES:.....160

A. Termo de posse do primeiro Diretor: Professor Modesto de Mello Ribeiro.....161

B. Termo de posse da Professora Amelia Angelica do Nascimento.....162

C. Termo de posse da Professora Leticia Marra.....163

RESUMO

O presente trabalho refere-se a uma investigação realizada sobre a História das Instituições Escolares e está relacionada à criação, implantação e organização do Grupo Escolar Honorato Borges, localizado na cidade de Patrocínio – M.G. Este grupo escolar é considerado a primeira escola da rede oficial implantada na cidade. O recorte temporal utilizado no desenvolvimento da pesquisa abrange a criação do grupo escolar, ocorrida em 1912 e vai até 1930, quando é concluída a obra do atual prédio. A investigação foi desenvolvida por meio da seguinte problemática: as implicações em torno do ensino público na cidade patrocínense e da criação do Grupo Escolar Honorato Borges, pelos membros da oligarquia rural de Patrocínio, ligado ao processo de escolarização promovido em Minas Gerais no decorrer da Primeira República (1889 – 1930). A hipótese elaborada consiste no fato de que o processo de escolarização de Patrocínio, através da criação de uma escola primária pertencente à rede oficial de ensino, se manifesta como expressão direta de uma tentativa de modernização do ensino, influenciada pelos ideais republicanos e positivistas de educação. A presente pesquisa teve como objetivo geral compreender os fatores históricos relacionados à criação do Grupo Escolar Honorato Borges, bem como sua finalidade enquanto instituição escolar no contexto histórico da cidade. Além disso, objetiva também apreender os elementos das teorizações sobre representações sociais vinculadas à História das Instituições Escolares, investigando as especificidades relacionadas à fundação e organização do Grupo Escolar Honorato Borges, instituição influente no universo social patrocínense, além do resgate dos elementos de sua história. Em termos de metodologia, os procedimentos primeiros consistem no levantamento e tratamento de bibliografia geral pertinente acerca da História e da Historiografia da Educação nacional e estrangeira. Foi realizado um levantamento também de materiais históricos, no sentido de fundamentar evidências ligadas à história do Grupo Escolar, bem como através da imprensa local, cujos discursos proferidos referentes às questões políticas, sociais e econômicas, servem de base para a compreensão dos ideários e modelos. Por outro lado, também buscou-se evidências ligadas à História Oral, mas apenas como metodologia acessória. Dessa forma, o grupo escolar é criado em torno do projeto republicano, liberal e positivista, na tentativa de democratização do ensino, bem como da modernização estrutural do Estado de Minas Gerais e do país. Além do mais, a oligarquia rural patrocínense, à frente do poder executivo municipal, também se preocupava em proporcionar condições para a formação escolar primária necessária para os membros das famílias patrocínenses. Além de proporcionar a formação básica para o exercício profissional em alguns segmentos da produção econômica e da burocracia nas repartições públicas, dava condições também para o prosseguimento dos estudos em outros níveis da escolarização. Assim, a preocupação básica do presente trabalho foi desenvolver uma investigação no sentido de buscar e resgatar a história de uma importante instituição escolar tanto para a cidade de Patrocínio – M. G., como para a região do Alto Paranaíba, bem como para o próprio Estado. Dessa forma, reconstituiu-se parcela da história das instituições escolares, principalmente a que se refere aos Grupos Escolares em geral, e especificamente, o Grupo Escolar Honorato Borges, voltada para o processo de modernização e escolarização, pelo qual passa Minas Gerais no interior do projeto republicano de progresso humano.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Grupos Escolares; Educação Pública.

ABSTRACT

The present paper refers to a carried out investigation about the History of School Institutions and it's related to the creation, introduction and organization of Honorato Borges Elementary School, located in the city of Patrocínio – M.G.. This elementary school is considered the first of the official chain introduced in the city. The timing approach used in the development of the research reaches the creation of the elementary school, occurred in 1912 and up to 1930, when the current building is concluded. The investigation was developed through the following problem: the implications concerning the public learning in Patrocínio city and the creation of Honorato Borges Elementary School, by the members of rural oligarchy from Patrocínio, connected to the process of schooling promoted in Minas Gerais along the First Republic (1889- 1930). The elaborated hypothesis consists in the fact that the process of Patrocínio schooling through the creation of a primary school belonging to the official learning net, presents like direct expression of a trial of modernizing the learning influenced by the republican and positivist ideals of education. The present research had as a general objective to comprehend the historical factors related to the creation of Honorato Borges Elementary School, as well as its purpose as school institution in the historical context of the city. Besides this, it also has as an objective to apprehend the elements of theorizations about social representations linked to the History of the School Institutions, investigating the specifics related to the foundation and organization of Honorato Borges Elementary School, influencing institution in the social universe of Patrocínio, besides the rescue of elements from its history. In terms of methodology, the first procedures consist in a survey and treatment of general bibliography belonging to the History and Historiography of and foreign education. It was also made a survey of historical materials, in a sense of grounding evidences linked to the history of the Elementary School, as well as through the local press, which given speeches referring to political, social and economic matters, serve as basis for the comprehension of ideals and models. On the other hand, evidences connected to the Oral History were also searched, but only as an acessorial methodology. This way, the elementary school is created around a republican liberal and positivist project, in the trial of the democratization of learning, as well as the structural modernization of Minas Gerais state and the country. What's more, the rural oligarchy from Patrocínio, in charge of the city executive power, also worried in providing conditions to the necessary elementary school formation for the members of Patrocínio's families. Besides supplying the basic formation for the professional practice in some segments of economic production and the burocracy in public departments, it gave conditions to the sequence of studies in other levels of schooling too. Therefore, the basic concern of the present paper was to develop an investigation in the meaning of getting and rescuing the history of an important school institution for the city of Patrocínio and Alto Paranaíba region too, as well as for the very state. Thus, a part of the school institutions' history was reconstructed, mainly the one which refers to the Elementary Schools in general, and specifically, the Honorato Borges Elementary School, turned to the modernization and schooling process, by which Minas Gerais goes through inside a republican project of human progress.

KEYWORDS: History of Education, Elementary Schools, Public Education.

LISTA DE FIGURAS:

01 – Mapa político de Minas Gerais com principais cidades.....	47
02 – Jornal CIDADE DO PATROCÍNIO (Primeira Edição).....	53
03 – Coronel Honorato Martins Borges e sua esposa, d. Perciliana de Aguiar.....	54
04 – Família do Coronel Honorato Martins Borges.....	55
05 – Sistema ferroviário atual de Minas Gerais.....	56
06 – Estação Ferroviária de Patrocínio, 1930.....	56
07 – Dom Antônio de Almeida Lustosa.....	58
08 – Funeral do Coronel Honorato Martins Borges, 1929.....	59
09 – Local da primeira sede de funcionamento Grupo Escolar Honorato Borges.....	104
10 – Antigo prédio do Grupo Escolar Honorato Borges.....	105
11 – Novo prédio do Grupo Escolar Honorato Borges, concluído em 1930.....	119
12 – Folheto comemorativo do Centenário de Nascimento do Professor Modesto.....	135
13 – Professora Amélia Angélica do Nascimento.....	139
14 – Professora Letícia de Faria Machado.....	139
15 – Foto turma formandos 1930.....	142

LISTA DE QUADROS:

01 – Horário do primeiro ano.....	122
02 – Horário do segundo ano.....	123
03 – Horário do terceiro ano.....	125
04 – Horário do quarto ano.....	125
05 – Programa de ensino da disciplina de Leitura (1.º ANO).....	130
06 – Diretores empossados Grupo Escolar Honorato Borges (1912 – 1930).....	136
07 – Professores nomeados para o Grupo Escolar Honorato Borges (1912 – 1930).....	138
08 – Formandos do Grupo Escolar Honorato Borges – 1930.....	141

LISTA DE TABELAS:

01 – População do Brasil por Estados (1872, 1890, 1900 e 1910).....	44
02 – Relação do número de alunos por turma e professoras, 1922.....	111
03 – Tabela de vencimentos (Reforma João Pinheiro).....	134

INTRODUÇÃO

O desenho da dissertação:

O presente trabalho refere-se ao desenvolvimento de uma investigação sobre o **Grupo Escolar Honorato Borges**, escola situada na cidade de Patrocínio, região do Alto Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

Consiste em uma análise acerca da **História das Instituições Escolares**, especificamente sobre a Educação Pública, ligada à criação, instalação e ensaios da sistematização do ensino público, através do **Grupo Escolar Honorato Borges**. Este grupo escolar é considerado a primeira escola oficial em funcionamento no município patrocinenense, estando em atividade até os dias atuais. A proposta deste objeto específico de pesquisa se demonstra pela relevância que o Grupo Escolar Honorato Borges tem, ainda hoje, para a cidade de Patrocínio – Minas Gerais e região do Alto Paranaíba, desde sua criação em 1912. Por 34 anos, foi a única escola pública de ensino primário da cidade.

O nome do grupo escolar consiste em uma homenagem a Honorato Martins Borges, nascido na fazenda do Caxambu, município de Santo Antônio do Amparo – Minas Gerais, a 14 de julho de 1853, sendo vereador, no tempo da monarquia. É um dos responsáveis pela fundação do Ginásio Dom Lustosa (escola voltada inicialmente para a formação masculina e mantida pela Congregação dos Padres dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria, de origem francesa), em Patrocínio – Minas Gerais. Também contribuiu para a criação da Escola Normal Nossa Senhora do Patrocínio (voltada a princípio para a educação

especificamente feminina e ligada à Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar, de origem belga), também na mesma cidade. Além do mais, trouxe também para a cidade a estrada de ferro Goyáz, em 1918. Proprietário e diretor do primeiro jornal de Patrocínio, intitulado CIDADE DO PATROCÍNIO – fundado e lançado em 1909. É considerado, por muitos patrocínenses, um dos maiores chefes políticos, senão o maior, que a cidade acolheu em seus longos anos. Foi Presidente do Diretório do Partido Republicano Mineiro, em Patrocínio, desde 1904. Faleceu na cidade de Araxá, a 8 de maio de 1929, aos 76 anos de idade.

A escolha do objeto específico de estudo está diretamente relacionada com o fato de ter nascido em Patrocínio – M. G. e aqui ter vivido boa parte da minha vida. Assim, através da abordagem da História das Instituições Escolares de Patrocínio, especificamente do Grupo Escolar Honorato Borges, encontro a possibilidade de estar contribuindo para o resgate da memória de parte significativa da vida cultural e social da cidade, especialmente do início do século XX.

O processo investigativo tem por justificativa o fato de se tornar possível a compreensão das questões relacionadas à história e desenvolvimento da educação escolar brasileira, buscando relacioná-la com aspectos da macro-estrutura (indicadores sociais, cultura, economia, política, etc).

O interesse de implementar o processo de escolarização e sistematização do ensino na cidade de Patrocínio se dá em torno do projeto republicano, liberal e positivista, de promoção e de democratização do ensino, bem como da modernização do Estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, do país.

A oligarquia rural patrocínense (Coronéis Honorato Martins Borges, João Cândido de Aguiar, Elmiro Alves do Nascimento, e outros mais), cujos representantes estão à frente dos poderes executivo e legislativo municipais, também se preocupava em proporcionar condições para a formação escolar primária, necessária para os membros das famílias patrocínenses. Neste aspecto, o sentido de elite política pode ser assim compreendido:

Por teoria das Elites ou elitista – de onde também o nome de elitismo – se tende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Uma vez que, entre todas as formas de poder (entre aquelas que, socialmente ou estrategicamente, são mais importantes estão o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das Elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância. (BOBBIO, 2004: 387)

A abordagem investigativa se refere à seguinte questão: Quais as implicações em torno da educação pública em Patrocínio – M. G., referindo-se especificamente à criação (1912), à instalação (1914) e da construção do novo prédio (1928 a 1930) do Grupo Escolar Honorato Borges, através dos esforços dos membros da oligarquia rural de Patrocínio, concernentes ao processo de escolarização promovido em Minas Gerais, no decorrer da Primeira República (1889 – 1930)?

O recorte temporal, utilizado no desenvolvimento da pesquisa, compreende o período entre a criação do grupo escolar, ocorrida em 1912 (através do Decreto n.º 3401, 09 de janeiro de 1912) até 1930, quando é concluída a obra do atual prédio da escola. Esta obra foi possível devido aos políticos locais, junto ao governo do Estado de Minas Gerais, a fim de construir um prédio mais apropriado para o funcionamento do Grupo Escolar Honorato Borges.

A hipótese mais evidente a ser verificada é a de que o processo de escolarização do município de Patrocínio, através da criação de uma escola de ensino primário pertencente à rede estadual oficial de ensino, manifesta-se como expressão dos interesses da oligarquia rural de Patrocínio em torno da tentativa de se fortalecer o ensino público oferecido na cidade.

Além de proporcionar a formação básica para o exercício profissional em alguns segmentos da produção econômica e da burocracia nas repartições públicas, dava condições também para o prosseguimento dos estudos em outros níveis de ensino.

Aspectos teóricos da História das Instituições Escolares:

A educação consiste no processo complexo capaz de ser promovido em diversos setores e ambientes da sociedade. Contudo, a escola se manifesta como uma instância privilegiada para a difusão, reprodução e assimilação de determinados valores e atitudes frente à sociedade. A escolarização se torna um instrumento necessário para a efetivação de determinados padrões sociais,

Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização. (JULIA, 2001: p. 11)

O Grupo Escolar Honorato Borges é compreendido como expressão de uma tentativa de se promover a escolarização institucionalizada na cidade, nos primórdios do

século XX, numa tentativa de superação do lastimável estado da educação pública, acompanhando uma tendência não só estadual, mas também nacional.

Evidentemente, é importante perceber o quanto um determinado estudo pode contribuir para a elucidação de aspectos históricos e se tornar um poderoso mecanismo na reestruturação social, atuando como elemento de transformação.

A História e a Historiografia da Educação passam por um processo de renovação em que a subjetividade é resgatada e busca ocupar lugar de destaque no processo de pesquisa e da historiografia.

Há, dessa forma, uma ampliação das possibilidades de abordagem de objetos de pesquisa referentes à História da Educação: a História das Instituições Escolares, num sentido particular, bem como a questão da Cultura Escolar, num sentido mais global. Essas tendências reforçam o interesse atual da historiografia em valorizar aspectos ligados às singularidades e especificidades regionais e locais, antes descartadas ou ignoradas. Por isso,

[...] podemos dizer que, de modo geral, o processo de criação de instituições coincide com o processo de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma não institucionalizada, assistemática, informal, espontânea. A instituição corresponde, portanto, a uma atividade de tipo secundário, derivada da atividade primária que se exerce de modo difuso e inintencional. Tendo em vista as características indicadas, as instituições necessitam, também, se auto-reproduzir, repondo constantemente suas próprias condições de produção, o que lhes confere uma autonomia, ainda que relativa, em face das condições sociais que determinaram o seu surgimento e que justificam o seu funcionamento. (SAVIANI, 2005: 29)

A orientação epistêmica se concentra na necessidade de se promover um diálogo entre as concepções teóricas e as evidências históricas no processo de construções interpretativas por parte dos pesquisadores em História da Educação. Por isso,

A História das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem. Parece-nos que a ênfase dada às análises mais sistêmicas cedeu lugar às análises que privilegiam uma visão mais profunda dos espaços sociais destinados aos processos de ensino-aprendizagem. (GATTI JR, 2001: 136)

Enfatiza-se também a importância de se realizar todo um trabalho de síntese e reflexão sobre a questão das evidências das fontes históricas. O trabalho de pesquisa exige do pesquisador uma postura interpretativa frente ao objeto de estudo, reavaliado em torno das evidências. A Historiografia se desenvolve a partir do momento em que sujeito é afirmado enquanto objeto e sujeito da pesquisa.

Através da Historiografia da Educação atual, percebe-se uma ampliação das possibilidades de se realizar um trabalho de pesquisa em que a compreensão do papel das instituições escolares é garantida. Neste sentido,

É importante salientar que o conhecimento do campo conceitual e das categorias de análise, bem como o esforço de aglutinação de evidências históricas (a qualidade de sua catalogação e conservação), caso tomado separadamente, não é suficiente para a construção de interpretações históricas consistentes. De fato, o diálogo promovido pelo pesquisador entre a teoria e as evidências impõe-se como condição importante para a operação histórica, para a escrita de uma história da educação capaz de levar em consideração a ação dos sujeitos em torno dos processos de escolarização levados a termo há pelo menos três séculos na cultura ocidental, com a marca das disputas e acordos entre a confessionalidade, o Estado e a sociedade civil. (GATTI JR e PESSANHA, 2005: 86)

A instituição escolar pode ser encarada como espaço privilegiado em que uma série de valores é incorporada pelos sujeitos e as normas de conduta, praticadas em seu interior, contribuem literalmente para a (con)formação aos padrões ideológicos em vigor.

Em qualquer segmento do conhecimento científico, as atividades desenvolvidas devem ter um direcionamento capaz de garantir as necessárias condições de abordagem da realidade. Assim, é preciso compreender primeiramente que

A história da educação é um discurso científico sobre o passado educacional, nas suas diversas dimensões e acepções, tendendo para uma história total, mas é também memória e paradigma. É memória educacional enquanto preservação, organização e comunicação de materiais museológicos e arquivísticos, e enquanto repositório de recordações e representações verbais (orais e escritas), emocionais, afetivas, fisiológicas, organizadas, quer em quadros biográficos e grupais, quer tomando por base referentes institucionais e sócio-comunitários. A história da educação é também paradigma quanto ao pensar, ao dizer, ao escrever, ao projetar e ao agir em educação, facultando uma informação coerente, evolutiva e explicativa, mas constituindo-se também como um dos principais argumentos e conteúdos da racionalidade e da ação educativa. (MAGALHÃES, 2005: 97 – 8)

De acordo com os pressupostos do investigador, há várias possibilidades de se realizar a pesquisa sobre a realidade escolar, constituída como elemento central da maior parte do processo de educação ocorrido na sociedade.

A atitude do pesquisador se revela como a de um sujeito responsável pela interpretação sobre os elementos reais da intrincada realidade ligada à escolarização. A partir dos dados captados, o historiador tem o papel de reinterpretar a história ao apropriar-se do objeto examinado e, posteriormente, realizar-se-á uma síntese das dimensões da realidade escolar. Além do mais,

A história das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico-metodológica e de um alargamento do quadro de análise da história da

educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar. (MAGALHÃES, 2005: 98)

De acordo com a orientação teórica do autor, as categorias básicas de análise da historiografia atual podem variar, com a intenção de se adequar às necessidades de investigação próprias às ciências da educação.

São consideradas algumas categorias teóricas mais importantes e imprescindíveis no delineamento das atividades investigativas em relação às instituições escolares. Deste modo, na Historiografia da Educação atual, conforme Justino Magalhães, são utilizadas e consideradas as mais importantes:

O espaço (local/lugar, edifício, topografia); o tempo (calendário, horário, agenda antropológica), o currículo (uma acepção estreita, que resulta de uma justaposição de categorias analíticas e objetos instituintes da realidade escolar, correspondendo ao conjunto das matérias lecionadas e respectivos métodos, tempos, etc. (esta a acepção adotada no Colóquio sobre Currículo que teve lugar em Granada em 1996), ou uma acepção transversal à cultura e à realidade escolar, visão sintética de influência anglo-saxônica e norte-americana, em que currículo corresponde a racionalidade da prática (desenvolvimento curricular), uma verdadeira política educativa; o modelo pedagógico escolar, a construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a informam e constituem – um tempo, um lugar, uma ação; os professores, formas de recrutamento, profissionalização, organização, formação, mobilização, por um lado, suas histórias de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações, representações – espaços de liberdade do professor; manuais escolares, sua construção e apropriação, por outro; públicos, culturas, formas de estimulação e resistências; dimensões, níveis da apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida. (MAGALHÃES, 1998: p. 56)

Salienta-se a importância atual desse processo de renovação que vem atingindo a História e a Historiografia da Educação, no sentido de garantir a sua eficácia na construção de todo um referencial (teórico e metodológico) que possibilite a compreensão do fenômeno educacional, sobretudo o promovido nas instituições de ensino escolar.

Percebe-se que nas últimas décadas, a pesquisa investigativa relacionada à produção de conhecimentos no campo da História da Educação está passando por um intenso processo de reformulação teórico-metodológico, ampliando as possibilidades paradigmáticas de atuação.

Há a oportunidade de se realizar um trabalho de descrição, análise e reflexão buscando as razões e os efeitos da implantação da Educação Escolar no Brasil, especialmente aquela oriunda do poder político público, seguindo as tendências de valorização (pelo menos idealizada) deste tipo de educação características da Primeira República: tal ideário era formado por bandeiras liberais que propunham a liberdade de ensino, a gratuidade, a

obrigatoriedade e a laicidade para a instrução, além da adoção nas escolas do método pedagógico intuitivo.

A história de uma instituição educativa não constitui uma abordagem descritiva ou justificativa da aplicação de uma determinada política educativa, como também se não confina à relação das instituições com o seu meio envolvente. A construção deste objeto do conhecimento – a instituição educativa como totalidade em organização e desenvolvimento, na sua internalidade e na sua relação ao exterior – opera-se através de um marco teórico interdisciplinar e de uma hermenêutica cruzada entre memórias, arquivos e museus, no âmbito de uma projeção e de uma regressão investigativas – um percurso metodológico indutivo/dedutivo. (MAGALHÃES, 2005: 102)

Acompanhando as atuais alterações historiográficas, as pesquisas que se iniciam voltadas para o estudo das instituições escolares demonstram-se extremamente relevantes, pois surgem num contexto de profundas alterações no campo do processo educacional em seus diversos âmbitos, ora no sentido de mudanças evolutivas em todo o sistema, ora na permanência de elementos tradicionais e conservadores.

Há evidentes sinais de novos rumos na historiografia da educação: ampliação dos objetos de estudos, tanto qualitativa como quantitativa; profunda reforma metodológica; resgate da memória, enquanto receptáculo de tradições, reproduções ideológicas e experiências de vida; ênfase no presente, mesmo manifestado como pretérito; abordagem interdisciplinar para uma compreensão central dos fenômenos educacionais.

Percebe-se também a presença de novas orientações epistêmicas, fundamentando a renovação historiográfica: uma centrada na questão especificamente escolar, procurando esclarecer sua complexidade interna e, simultaneamente, sua relação com o exterior; a outra estaria centrada apenas em quadros explicativos exteriores à realidade educativa. Isto é,

Quando consideramos a instituição educativa, isto é, quando tomamos a educação na sua especificidade, como ação propriamente pedagógica, cuja forma mais conspícua se expressa na escola, observamos que esse destacar-se da atividade educativa em relação aos demais tipos de atividade não implica necessariamente que as instituições propriamente educativas passem a deter o monopólio exclusivo do exercício do trabalho pedagógico secundário. (SAVIANI, 2005: 29)

Essa valorização da instituição escolar, enquanto instância por excelência do processo de assimilação de conhecimentos, da vivência de valores e da (con)formação aos padrões de comportamento se explica-se pela centralidade que a escola vem assumindo na constituição da formação pública. Por isso,

Com a afirmação dos estados modernos, a escola passa a ocupar um lugar central como instância instrutiva e de formação. Se a historiografia da escola tem estado

sujeita a abordagens de sentido mais estreito, focalizadas a partir de olhares externos, constituindo um paradigma de natureza essencialmente acadêmica e enciclopédica, estruturado a partir de oposições / complementaridades e da busca de fatores de permanência, também a ela se tem contraposto um outro paradigma mais acentuadamente interno ao fenômeno escolar, com objetivos descritivos e explicativos da realidade escolar, na sua multidimensionalidade e sua internalidade como instituição, organização e comunidade marcada por uma racionalidade pedagógica, uma cultura e uma autarquia de recursos públicos e serviços. Uma corrente historiográfica que visa ir ao encontro da pedagogia institucional, sua história e sua renovação. (MAGALHÃES, 1998: 58)

Conforme a nova Historiografia, esta focalização e multidimensionalidade ressaltam a valorização do processo de escolarização como forma importante e notável de estruturação da modernidade e da contemporaneidade.

A escola passa a ocupar um lugar de destaque no campo de pesquisa da História e Historiografia da Educação, no sentido de fundamentar a formação de novas categorias conceituais: o tempo, o calendário escolar, o currículo, o(s) espaço(s), a instituição educativa, os professores, os manuais escolares.

Percebe-se, então, um intenso movimento de aproximação com o cotidiano escolar, abrindo perspectivas de diálogo no âmbito das ciências educacionais. Neste sentido,

A escola ora é tomada em si mesma como um todo em organização, instituído num contexto, ora é tomada como o principal referente e como eixo de estruturação de uma racionalidade pedagógica e formativa, estando reservada à abordagem historiográfica uma explicação e a inscrição da realidade educativa em quadros sócio-culturais e político-ideológicos mais amplos. (MAGALHÃES, 1998: 55)

Há uma grande tendência atual de valorização das instituições escolares como marco referencial para uma possível compreensão dos processos relacionados à educação realizada no interior da sociedade.

A escola torna-se alvo de uma análise voltada para a compreensão do estatuto, da natureza e do papel da escola enquanto forma de padronização de comportamento social e individual, de coação e ordenação, como mecanismo de fortalecimento da ação estatal ou ainda como meio de transformação e fortalecimento da autonomia pessoal.

E, a partir disso, torna-se possível o entendimento de toda a formação das gerações no interior das comunidades:

Os sujeitos educacionais não são tão somente os alunos, como os atores não são apenas os professores e os gestores, há uma interação educativa, em que uns e outros são simultaneamente emissores e receptores. A história desta interação, suas processualidade e repercussão no tempo constituem um desafio fundamental da história da educação e a história das instituições educativas é uma aproximação fundamental. (MAGALHÃES, 1998: 64)

Tendo a recente renovação teórico-metodológica observada no interior da História da Educação como marco referencial e seguindo a atual inclinação para a abordagem da Educação Pública no Brasil, a presente pesquisa procura trazer uma contribuição para o enriquecimento dos trabalhos já realizados nesta temática relacionada à História das Instituições Escolares. Assim sendo,

A centralidade da escola e a necessidade de corresponder a requisitos acadêmicos, num período de grande expansão da formação de professores e de outros profissionais de educação, têm favorecido o desenvolvimento de sínteses historiográficas mais envolventes, procurando esboçar quadros sistêmicos, interpretativos e de enquadramento, nem sempre de forma regular e equilibrada. (MAGALHÃES, 1998: 56)

Fica evidente a importância de se desenvolver uma investigação acerca da História das Instituições Escolares, enquanto categoria de análise para a condução de um entendimento das variáveis em torno da educação pública na cidade de Patrocínio – Minas Gerais, no período da República Velha.

Dessa forma, nas últimas décadas, houve um movimento de intensificação da produção de pesquisas acerca das instituições escolares. Em sentido mais restrito, destacam-se as pesquisas realizadas sobre a criação, a implantação e o desenvolvimento de Grupos Escolares pelo país, em especial no Estado de São Paulo, pioneiro na implementação dos Grupos Escolares como paradigma escolar, bem como Minas Gerais, estudado neste trabalho em questão.

Alguns trabalhos podem ser citados para ilustrar essa nova tendência no âmbito da historiografia escolar, específica dos Grupos Escolares: a pesquisa realizada por Rosa Fátima de Souza, numa obra intitulada *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. Em São Paulo, a implantação dos grupos escolares representou um movimento de tentativa de tornar a escola um mecanismo de moralização e civilização do povo. Acreditava-se que, através da escola, fosse possível também a transformação do indivíduo, atrelando a educação à cidadania. Um amplo projeto civilizatório havia sido idealizado e a educação popular foi considerada frente imprescindível de transformação social. A partir daí, questões relevantes como uma equiparação estadual das escolas, a questão do tempo escolar, a formação dos professores compõem critérios e etapas de uma ampla reforma do ensino, buscando sua racionalização.

Em Minas Gerais, também há um interessante trabalho realizado por Luciano Mendes de Faria Filho, intitulado *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Nesta obra, o autor investiga a educação pública

primária na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. A perspectiva sugerida pelo próprio título é a de que o processo de implementação dos grupos escolares está diretamente relacionada com a organização anterior da instrução pública – as escolas isoladas. Assim, também esta obra conclui que o processo de escolarização levado adiante em Minas Gerais, no decorrer da Primeira República, demonstra-se intimamente ligado ao processo de racionalização do ensino público, bem como a urbanização da sociedade brasileira.

Há também outros trabalhos que poderiam ser enumerados e que refletem essa tendência por estudar os Grupos Escolares: há um estudo realizado por Ana Maria Beraldo Crespo e Dalva Carolina de Menezes Yazbeck, da UFJF, intitulado *Os primeiros grupos escolares em Juiz de Fora*. A implantação dos primeiros grupos escolares, em Juiz de Fora, ocorre também nas primeiras décadas do século XX, no contexto da consolidação da Primeira República, quando ocorreram as medidas no sentido de promover a racionalização administrativa e burocrática do Estado. Por isso, havia dois intentos básicos: a consolidação do regime republicano e a necessidade de se modificar as condições do ensino público no estado mineiro, desde a precariedade do espaço físico das escolas até o alto índice de analfabetismo.

Outro trabalho desenvolvido nesta perspectiva se intitula *As singularidades do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no processo de construção da modernidade (Uberabinha – MG 1911 – 1929)*, realizado por Carlos Henrique de Carvalho e Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho. A criação da Escola Bueno Brandão teve como intento propagar e desenvolver o ideal republicano na atual conhecida cidade de Uberlândia – Minas Gerais. Esta afirmação pode ser comprovada através das idéias divulgadas pelo primeiro diretor da escola, professor Honório Guimarães, pois possibilitam afirmar um verdadeiro movimento em prol da criação de uma escola pública na cidade e numa postura secularizada, anticlerical.

Uma pesquisa realizada também sobre a escolarização mineira na Primeira República intitula-se *Grupo Escolar Gonçalves Chaves: um novo projeto escolar na cidade de Montes Claros/MG, (1906 – 1927)*, de Fátima Rita Santana Aguiar e Sarah Jane Alves Durães. Nesta investigação, compreende-se que a criação e a implantação deste grupo escolar específico também estão de acordo com a tendência estadual de funcionamento num prédio provisório e, só depois de alguns anos, há a construção de um prédio próprio para o desenvolvimento do ensino, conforme previam os regulamentos. Isso demonstra que, embora expresso nas legislações de ensino, a organização e a racionalização do ensino público seguia

na realidade um processo lento e gradual, não sendo possível a prática efetiva da expansão do ensino, capaz de satisfazer a demanda real de escolarização.

E, por fim, mais um trabalho investigativo intitulado *Cultura e vida escolar: o Grupo Escolar de Lavras (1907 – 1925)*, de Jardel Costa Pereira e Tarcísio Mauro Vago, da UFMG. A investigação vincula também o processo de racionalização do ensino com o processo de urbanização da cidade de Lavras – Minas Gerais. Isto demonstra o quanto a tentativa de solidificar o ensino mineiro, através da Reforma João Pinheiro, de 1906, está intimamente ligado também ao desejo de implementar o projeto de modernização do estado.

Todos esses trabalhos citados anteriormente foram apresentados no II Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais, realizado nos dias 6 a 9 de maio de 2003, em Uberlândia – M. G..

Seguindo a tendência de renovação teórico-metodológica em torno da História da Educação, o objeto específico em questão (Grupo Escolar Honorato Borges) precisa ser abordado em vários sentidos, a fim de obter uma visão mais profunda sobre as diversas variantes que o compõem.

Em conformidade com a renovação historiográfica pela qual a História das Instituições Escolares vem sofrendo, há indispensavelmente a necessidade de se realizar uma reavaliação dos procedimentos metodológicos em torno do processo investigativo. Isso garante a busca e a consolidação de um novo paradigma capaz de responder aos novos desafios da pesquisa historiográfica educacional.

Aspectos metodológicos e fontes

Afim de efetuar o processo de investigação a respeito do Grupo Escolar Honorato Borges, o levantamento e o tratamento das fontes de pesquisa foi realizado em várias frentes, de modo a garantir a multiplicidade de evidências que proporcionem a reconstrução do presente objeto de estudo.

O procedimento primeiro consistiu no levantamento e tratamento de bibliografia geral pertinente sobre a História e a Historiografia da Educação, elaborada por autores estrangeiros tanto como brasileiros. No sentido de acompanhar as atuais tendências, foi realizada uma revisão bibliográfica e a mesma serve de pressuposto teórico e histórico para a elaboração do presente trabalho investigativo.

Contudo, ainda percebe-se que a produção bibliográfica referente às realidades locais e regionais ainda precisa passar por um processo de reavaliação intenso, buscando o

resgate da história local e reconstituir parte da historiografia do processo educacional do país, sobretudo escolar.

Em relação à existência de obras referentes à contextualização histórica do município de Patrocínio – M. G., não há esforços no sentido de um trabalho que realmente conseguiria oferecer subsídios para reconstrução efetiva da evolução histórica do município. As obras e manuais a respeito da história patrocínense se restringem a oferecer um panorama evolutivo, cronológico e meramente descritivo de alguns dos fatos considerados importantes frente à história local.

Há também alguns livros elaborados por memorialistas, por exemplo, a obra *Patrocínio no final da década de 20*, de Flávio José de Almeida, uma espécie de compilação de alguns dos principais artigos do jornal CIDADE DO PATROCÍNIO. Apesar de interessados em resgatar parte da história de Patrocínio, os mesmos não utilizam de textos em que haja referências às fontes documentais ou orais detalhadas ou claras, dificultando o trabalho em termos de busca de evidências históricas.

Devido à escassa produção bibliográfica acerca da história do município de Patrocínio – Minas Gerais, a contextualização histórica do mesmo se baseia num levantamento publicado no “Anuário de Patrocínio - Histórico, turístico e estatístico - 1999” (Ano 03 – n.º 03), sob responsabilidade do economista, historiador e jornalista Eustáquio Amaral, com complementos de Alberto Sanarelli, jornalista e radialista. Consiste numa descrição cronológica e pormenorizada de fatos considerados relevantes da história do município, no que diz respeito aos principais eventos.

Já em relação à História da Educação, recentemente, houve significativa produção de textos monográficos (sobretudo dissertações de mestrado) acerca de algumas das principais instituições de ensino do município, dada sua importância para a escolarização da região do Alto Paranaíba, principalmente.

As mesmas são utilizadas também como referenciais para a presente pesquisa e servem no sentido de fazer um paralelo entre os fatores de gênese e consolidação das mesmas e relacioná-los com os fatores ligados ao surgimento e consolidação do Grupo Escolar Honorato Borges, por se referirem a um recorte temporal que, em partes, coincide com o do Grupo Escolar.

Dentre estas pesquisas, pode ser citada, por exemplo, um estudo realizado por Hedmar de Oliveira Ferreira (2000) sobre o *Colégio Dom Lustosa – História da Educação Católica Masculina em Patrocínio (MG) – 1927 – 1952*, tratando sobre a presença dos Padres

dos Sagrados Corações de Jesus e Maria e de sua atuação no município, no sentido de propagar a fé católica.

Existe também um outro estudo realizado no sentido de compreender as disputas ideológicas no campo educacional e religioso, assumidas tanto pelos padres já citados como pela missão presbiteriana, fundadora do *Patrocínio College*. Esta pesquisa foi realizada por José Filipe e Sousa Pessanha de Brito Ferreira (2004) e se intitula *A evangelização pela educação escolar: embates entre presbiterianos e católicos em Patrocínio, Minas Gerais (1924 -1933)*.

O Colégio Berlaar Nossa Senhora do Patrocínio, das irmãs do Sagrado Coração de Maria de Berlaar, também já foi alvo de pesquisas que se referem à educação católica feminina em Patrocínio – M.G.. Inicialmente, o Colégio tinha o interesse voltado para a formação de professoras, oriundas das famílias patrocínenses e da região circunvizinha.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento também de fontes documentais primárias, no sentido de fundamentar evidências ligadas à história do Grupo Escolar Honorato Borges. Isso se torna importante no sentido de garantir a compreensão de fatores ligados diretamente ao processo de escolarização da sociedade patrocínense. Neste sentido,

Em relação a fontes, é possível, ainda, fazer uma outra distinção: as chamadas fontes primárias e secundárias. As primeiras são o discurso direto, enquanto as segundas são constituídas pela produção existente a respeito do tema que se estuda. As fontes documentais de todo tipo têm sido privilegiadas pelos historiadores: livros, opúsculos, revistas, coletâneas de leis e regulamentos, atas, projetos, estatutos, artigos, discursos, dados estatísticos, imagens, fotos, desenhos, diários de classe, cadernos de alunos, livros didáticos, cartas, memórias, biografias etc. (BUFFA, 2005: 107)

Quanto às fontes documentais, as mesmas foram buscadas em vários locais da cidade de Patrocínio. Contudo, como não há uma preocupação, por parte da maioria das instituições, em técnicas de conservação e manutenção documental, ou simplesmente por falta de infra-estrutura predial, as mesmas se demonstraram fragmentadas, algumas em mau estado ou abandonadas em locais impróprios para arquivo.

Mesmo assim, foram encontrados na 29.^a Superintendência Regional de Ensino as seguintes fontes, referentes ao recorte cronológico determinado (1912 – 1930): Ponto diário de aula (2.º ano misto) – Grupo Escolar Honorato Borges (31/07/1915 a 27/11/1916); Termo de posse – Grupo Escolar Honorato Borges (08/07/1913 a 03/02/1997); Pontos de entrada de professores e empregados (Grupo Escolar Honorato Borges): 15/06/1914 a 06/08/1915,

16/08/1915 a 23/02/1917, 09/02/1925 a 03/11/1925, 15/02/1926 a 13/10/1926, 15/10/1926 a 05/08/1926.

Já na atual Escola Municipal Honorato Borges (antigo Grupo Escolar Honorato Borges), foram encontrados as seguintes fontes documentais: Pasta arquivo – dados do prédio; Pasta arquivo: reforma do prédio; Termo de visitas das autoridades do ensino; Livro de atas para as reuniões do professorado: 04 de maio de 1925 a 21 de novembro de 1935; Balancete da Caixa Escolar (outubro/1922 a fevereiro/1935); Ponto diário dos alunos (2.º ano feminino): 1923 / 1924 / 1925; Ponto diário dos alunos (2.º ano misto): 1918 / 1919; Ponto diário dos alunos (1.º ano misto): 1922 / 1923; uma pasta plástica contendo textos históricos do Grupo Escolar, fotografias e relatos (compilada em 1975, por D. Clérída Borges Alves – ex-diretora).

No acervo da Fundação Casa da Cultura de Patrocínio – M.G., ligada à Prefeitura Municipal, encontram-se também algumas fotografias referentes ao recorte temporal da Primeira República (1889 – 1930). As mesmas se referem a paisagens urbanísticas, sobretudo do Largo da Matriz, local de construção de vários casarões e do funcionamento do primeiro prédio do Grupo Escolar, bem como do Largo do Rosário, onde foram construídos alguns dos prédios públicos mais importantes da cidade: bancos, fórum, armazéns e outros (inclusive o novo prédio do Grupo Escolar). Aliadas ao acervo da própria escola, estas fotografias também permitiram novas evidências ligadas à pesquisa iconográfica, importante como elemento da reconstituição do objeto histórico em questão.

Foram encontrados também números do Jornal CIDADE DO PATROCÍNIO (fundado pelo então coronel Honorato M. Borges em 1909 – tornado órgão oficial da Câmara Municipal e de periodicidade semanal). Embora a Casa da Cultura não possua todos os números do mesmo, o jornal serviu de base para se conhecer e compreender o discurso da imprensa da época em torno das concepções de mundo, de sociedade e de ser humano veiculados nas notícias referentes sobretudo à educação. Os números encontrados englobam o seguinte período, limitado desde o lançamento do jornal (1909) até o término do período por mim determinado para a pesquisa em questão (1930): 11/12/1909 (1.º número editado); 18/10/1913; 11/01/1925 e 27/12/1925; números de 1926, 1927, 1928, 1929; e alguns números de 1930. Desse modo,

Como fonte primária, é necessário ressaltar que um órgão de imprensa é veiculador de um ângulo de análise, porém não de somenos importância para nos propiciar o movimento da história, seja ela local, regional ou nacional. Evidentemente, tal fonte não é estritamente histórico-educacional, porém amiúde sua problematização incide

particularmente sobre o campo da escolarização, ora a abordando como fruto da política educacional pública, municipal ou estadual, ora como fruto da iniciativa particular, ou mesmo como reprodutora das relações sociais. (ARAÚJO e INÁCIO FILHO, 2005: 177)

O discurso proferido nas páginas da imprensa local referente às questões políticas, sociais e econômicas serve de base para a compreensão dos ideários e modelos em referência aos processos de educação e do processo de modernização, bem como de escolarização pelos quais Patrocínio vinha passando no decorrer de toda a Primeira República.

Também se buscou evidências ligadas à História Oral, mas apenas como metodologia acessória e complementar, devido às dificuldades encontradas quanto ao pequeno número de pessoas do período abordado ainda vivas, bem como pela questão da lucidez ou dificuldade de memória. Assim, foram entrevistadas duas pessoas, ex-alunos do período considerado na pesquisa (1912 – 1930): Geralda Pereira (aluna, 1923 a 1926 / posteriormente professora e diretora) e Leôncio Afonso da Silva (formando em 1930). Em outras palavras,

Finalmente, a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. Enquanto os historiadores estudam os atores da história a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira. (THOMPSON, 1998: 137)

Por fim, percebe-se que o desenvolvimento deste trabalho investigativo foi realizado em diversas frentes com o intuito de ampliar sua abrangência metodológica e permitir um diálogo entre diversas fontes e materiais históricos.

* * * * *

A preocupação básica do presente trabalho é desenvolver uma investigação no sentido de buscar e resgatar a memória histórica de uma importante instituição escolar, tanto para a cidade de Patrocínio – M. G., quanto para a região do Alto Paranaíba, bem como para o próprio Estado. O Grupo Escolar se tornou a primeira escola pública da rede oficial de ensino do Estado de Minas Gerais, criada em Patrocínio. E por isso, tornou-se referência para o entendimento da história da escolarização da cidade, como uma tentativa de se fortalecer e organizar o ensino primário na cidade, ainda nos primórdios do século XX.

A presente pesquisa tem como objetivo geral *compreender os fatores históricos responsáveis pela origem e implantação do Grupo Escolar Honorato Borges, bem como pela construção do atual prédio, entendendo sua finalidade enquanto instituição escolar no contexto histórico da cidade de Patrocínio – Minas Gerais.*

Em primeiro lugar, a investigação dar-se-á em torno da realização de um discurso em torno da contextualização nacional, estadual e local. Há o interesse de uma compreensão em torno dos elementos da política e dos diversos setores da sociedade em torno da escolarização. Neste sentido, os objetivos específicos da pesquisa consistem em *apreender os elementos das teorizações sobre representações sociais vinculadas à **História das Instituições Educacionais**, por meio da realização de pesquisa bibliográfica e documental.*

Em segundo lugar, o interesse se efetivar-se-á em torno *da busca da compreensão do processo empreendido pelo governo do Estado em torno das reformas de João Pinheiro e de Francisco Campos, bem como pela principal ação estabelecida pela Reforma João Pinheiro, a implementação dos grupos escolares como modelo de organização escolar para a República.* Por isso, procura-se entender o contexto educacional local e suas relações necessárias com a realidade regional, estadual e nacional, por meio do estudo de obras histórico-educacionais.

E, finalmente, *investigar as especificidades relacionadas à fundação e implantação do Grupo Escolar Honorato Borges, no período de 1912 (criação) a 1930 (término da construção do atual prédio), enquanto instituição influente no universo social patrocínense, através da memória do espaço e do tempo escolar; do currículo trabalhado no processo de ensino-aprendizagem; das motivações e da identidade dos mestres e dos alunos.*

Procura-se reconstituir parte da história das instituições escolares, principalmente, a que se refere aos Grupos Escolares em geral e, especificamente, o Grupo Escolar Honorato Borges, voltada para o processo de modernização e escolarização, pelo qual passa Minas Gerais no interior do projeto republicano de progresso humano.

A estrutura lógica da dissertação desenvolvida obedece a uma seqüência contendo três eixos centrais: uma necessária referência à contextualização histórica ligada à Política e à Sociedade na Primeira República; à investigação em torno da tentativa de modernização da educação pública do Estado de Minas Gerais na Primeira República, através das Reformas de Ensino João Pinheiro e Francisco Campos; e, por último, uma referência à tentativa de racionalização do ensino primário público em Patrocínio – M. G., através da implantação do Grupo Escolar Honorato Borges.

O primeiro capítulo, intitulado *Política e Sociedade na Primeira República*, ocupar-se-á da reconstituição do contexto histórico brasileiro, em termos das principais realizações históricas relativas à política, à sociedade e à economia. Serão descritas as principais questões em torno do desenvolvimento da sociedade brasileira, especificamente a questão educacional, sob a influência do ideário e do discurso liberal. Seguindo este pressuposto, haverá também a verificação do papel do Estado de Minas Gerais em âmbito nacional e como este influencia as cidades que o compõem, inclusive a cidade de Patrocínio, na região do Alto Paranaíba. Por isso, será realizada uma descrição histórica da evolução da cidade, numa tentativa de entendimento das principais questões referentes às necessidades da implementação de um projeto de modernização da educação pública da cidade de Patrocínio.

O segundo capítulo, *A questão da modernização do ensino primário do Estado de Minas Gerais na República Velha*, tem a intenção de discutir o processo de tentativa de modernização do ensino em Minas Gerais, posto em prática, através da Reforma João Pinheiro, decretada em 1906. Além do mais, apesar de haver outras normatizações entre ambas as reformas, a Reforma Francisco Campos (1927/1928) também constitui uma tentativa de organização do ensino primário, já no final da Primeira República, com perspectivas um pouco diferenciadas em relação à Reforma João Pinheiro. Então, há a intenção de se promover um paralelo entre ambas as reformas, na tentativa de compreensão dos interesses que as nortearam em sua respectiva época. Assim, a principal ação norteadora da Reforma João Pinheiro se dá com a implementação dos Grupos Escolares, considerados modelos capazes de promover a tão desejada consolidação do Republicanismo, através da educação do povo. Esta questão será, então, discutida logo em seguida.

E, finalmente, o terceiro capítulo *Racionalização do ensino público primário em Patrocínio – Minas Gerais: o Grupo Escolar Honorato Borges (1912 – 1930)* ater-se-á às questões relativas aos esforços do poder público de Patrocínio, buscando a criação (1912) e a implantação (1914) do primeiro Grupo Escolar da cidade, visando à adequação do ensino público da cidade à Reforma proposta por João Pinheiro. Contudo, com o transcorrer dos anos, um novo prédio para o funcionamento do Grupo Escolar se tornou necessário para atender às necessidades de infra-estrutura e, neste sentido, a construção do mesmo se inicia em 1928 e, em 1930, o Grupo Escolar Honorato Borges passa a funcionar num novo prédio. Este processo de busca de recursos e de apoio político para a construção do novo prédio será alvo de estudos logo em seguida. Por outro lado, haverá também uma descrição e discussão em torno das questões restritas ao tempo escolar e ao currículo desenvolvido no interior do Grupo Escolar, expressando uma tentativa de racionalizar o processo de ensino-

aprendizagem. E, enfim, a preocupação girará em torno do resgate da memória em torno do corpo docente e do corpo discente, buscando estabelecer parte de seu perfil e de sua identidade.

1. POLÍTICA E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O presente capítulo tem por objetivo realizar uma análise da sociedade brasileira ao longo da trajetória dos acontecimentos mais importantes e fecundos da República Velha (1889 – 1930). O país passa por uma série de transformações em diversos setores, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Por isso, é fundamental a realização de um exame dos pontos centrais que compõem o contexto estrutural a nível nacional, regional e local, a fim de melhor compreender os fatores determinantes da realidade socioeconômica e cultural.

A fim de compreender a história do Brasil no período republicano, torna-se necessário buscar os motivos da sua gênese ainda no período posterior à obtenção da autonomia política frente à metrópole lusitana em 1822, quando permanece no país o regime monárquico.

Em outras palavras, isto equivale a perceber um momento muito peculiar frente à política de outros países latino-americanos, também tornados independentes frente às respectivas metrópoles européias, sobretudo Espanha. Porém, vivem outra experiência política, no sentido de fazerem uma opção distinta daquela feita pelo Brasil.

O Brasil é o único país, imediatamente após a independência política, a experimentar um longo período monárquico, cuja dinastia era descendente direta da família real portuguesa, mantendo praticamente todas as tradições do poder imperial português. Os demais países da América Latina optam pelo regime republicano, em consonância com os ideais liberais propagados inicialmente em países europeus, decorrentes do movimento iluminista do século XVIII.

Percebe-se que o processo de autonomia política acontece imposto por grupos privilegiados econômica e politicamente e que visavam defender interesses neocoloniais da nova potência mundial (Inglaterra), não se importando ou interessando pela conquista da autonomia econômica de fato. O povo, de fato, nada sabia ou tinha conhecimento sobre o que estava acontecendo em termos de mudança de regime político. Inclusive,

Ao analisar a situação sociopolítica da população do país, Couty concluiu que poderia resumi-la em uma frase: “O Brasil não tem povo”. Seus olhos franceses não

conseguiram ver no Brasil aquela população ativa e organizada a que estava acostumado em seu país de origem. (CARVALHO, 2004: 9 – 10)

Muitos segmentos da sociedade civil não aceitavam este modelo político imposto pela elite brasileira e ainda lutavam pelos ideais propostos por movimentos políticos do período colonial, tendo como principal exemplo a Inconfidência Mineira, liderada pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como *o Tiradentes* (1746-1792). Inclusive, na obra de CARVALHO (2004), há uma discussão em torno dos elementos simbólicos e ideológicos que influenciaram a formação do universo ideário da República no Brasil, em que Tiradentes é visto como um dos maiores ícones da luta pela liberdade de fato.

Há a tendência pela implantação dos ideais republicanos e liberais na política nacional brasileira, estes segmentos defendiam ser este o verdadeiro caminho através do qual o Brasil finalmente se tornaria uma nação moderna e autônoma, capaz de direcionar seus projetos visando ao bem comum e atingir os mais altos estágios de desenvolvimento.

A expansão cafeeira, a extinção do tráfico de escravos (1850), bem como a imigração de mão-de-obra européia, o início do processo de industrialização (1870) e a urbanização são fatores socioeconômicos que, gradualmente, vão formando um contexto histórico profundo e propício de contestação do modelo monárquico e agrário-exportador, imposto por segmentos conservadores. E, simultaneamente, haveria a possibilidade de uma nova proposta de modelo político: a República, num país em que muitos já desejavam a urbanização e a industrialização, como sinais de modernidade e de desenvolvimento.

A luta e a busca do poder político pelos liberais prosseguem gradativamente no decorrer do século XIX até a sua suposta conquista através da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, quando se acreditou, finalmente, ser possível o estabelecimento dos valores democráticos e federalistas.

O movimento republicano, influenciado pelos ideais positivistas, insere-se numa tentativa dos principais dirigentes políticos e intelectuais do momento de enquadrar o Brasil nos rumos do desenvolvimento, do progresso material e da reforma moral, política e social, num esforço de equiparar a nação ao mais alto nível dos países avançados do mundo, especialmente a Europa.

Isso demonstra que a realidade é complexa o suficiente para haver transformações significativas, exigindo novas dinâmicas históricas para uma adaptação às novas exigências da realidade oriunda dessas mudanças.

O modelo liberal, político e econômico é assumido como uma das formas de possibilitar ao país a chance de finalmente ingressar no mundo aperfeiçoado pelo progresso do conhecimento humano.

Alguns dos principais intelectuais do país (Rui Barbosa, José Veríssimo, Carneiro Leão, Alceu Amoroso Lima, e outros) passam a defender, pelo menos no discurso, o desenvolvimento de uma política de estímulo ao desenvolvimento do conhecimento, obtido, sobretudo, através da instrução popular.

Estes personagens, na década de 1920, passam a fazer uso de argumentos que defendem um verdadeiro projeto de educação nacional, como possibilidade de levar o país ao desenvolvimento. Fazem uso de inúmeros artifícios a fim de garantir a efetivação do projeto ambicioso de se desenvolver uma revolução na instrução popular e garantir, vinculado ao aumento gradativo da influência do Estado sobre a sociedade civil. Este controle de um crescimento cultural do país, seria realizado, sobretudo, através de uma burocracia cada vez mais articulada e eficiente, bem como através da formação de uma ideologia e simbologia, arraigadas como valores influenciadores de uma conduta desejável para os cidadãos que compõem o Estado.

Nas primeiras décadas do século XX, os discursos e as práticas em torno da difusão do ensino público, a fim de erradicar definitivamente o problema dos altos índices de analfabetismo do país, passam a ser chamados de “*entusiasmo pela educação*” e “*otimismo pedagógico*”, como assim designou NAGLE (1974). Isso demonstra o quanto a elite brasileira se interessava gradativamente pelos assuntos relativos à educação, antes considerada um assunto supérfluo, restrito aos ambientes acadêmicos.

A educação foi discutida e considerada como um dos principais elementos necessários para a transformação efetiva do país, buscando inculcar novos comportamentos e ideologias aos membros da nação brasileira. Estas ações estavam em acordo com os interesses da nova classe emergente, a burguesia industrial, interessada em consolidar sua hegemonia enquanto classe dominante política e economicamente.

A fim de compreender o atual contexto da educação nacional, é preciso que haja um retorno consciente e crítico frente às diversas etapas pelas quais o nosso ensino vem passando ao longo da História do Brasil, destacadamente durante a República Velha, quando de fato a questão educacional passa a ser valorizada e discutida como assunto de caráter e estratégia nacional.

As diversas reformas educacionais empreendidas ao longo da História brasileira, em especial a do período republicano, denotam o quanto vários interesses, de todos os modos

e abrangências, vêm exigindo uma mudança constante e gradativa do caráter institucional da educação.

O Estado é visto aos poucos como uma instância privilegiada, possuidora de instrumentos e meios necessários e eficazes para a manutenção ou modernização dos privilégios de classe, fazendo uso ou não da instrução pública.

Minas Gerais destacar-se-ia como um dos pilares da política nacional, ao lado do Estado de São Paulo. Os dois representam os principais membros da federação, política e economicamente; eles se esforçarão por controlar os rumos da política nacional, impondo seus interesses enquanto unidades federativas majoritárias.

Minas Gerais também se ocupará, através do Partido Republicano Mineiro (PRM), de levar adiante o projeto de modernização, preocupando-se em divulgar os pontos principais do ideário liberal, republicano e positivista em seu interior e no restante do país, pelo menos nos discursos políticos feitos na assembléia legislativa.

Patrocínio (Minas Gerais) impõe-se como uma das principais cidades do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, no início do século XX (as outras são Uberaba, Araxá, Araguari, Uberlândia, Patos de Minas e Ituiutaba), ao buscar a consolidação como cidade em desenvolvimento estrutural e burocrático. Por isso, Patrocínio não poderia deixar de se posicionar, ao menos politicamente, em prol dos valores divulgados pela proposta republicana e se esforçar também por construir uma realidade engajada em sustentar os rumos da Ordem e do Progresso.

Pertencente a uma região relativamente desenvolvida na prática agrícola e pecuarista, Patrocínio emerge com o esforço político de sua oligarquia rural, desejosa de conseguir benefícios que consolidassem a cidade como exemplo para a região e para o restante do Estado.

A política local, apesar de manter os moldes oriundos do período imperial, com práticas ainda vigentes ligadas ao coronelismo, impõe chefes políticos engajados na tentativa de sustentar os interesses do diretório central do Partido Republicano Mineiro, localizado em Belo Horizonte, capital do estado, em troca de benefícios e recursos para a cidade.

1.1. Contexto histórico-brasileiro (1889 – 1930): a República Velha

Ao buscar a compreensão de um fenômeno social como a educação, é necessário o entendimento do Brasil enquanto Estado e Nação, composto por diversas dinâmicas, instituições e processos responsáveis por toda uma formação ideológica, bem como uma prática social. O Estado se constitui como uma instância privilegiada no sentido de controlar

ideologicamente os ideários, sentimentos, posturas e valores a serem inculcados nos membros da Nação.

A fim de melhor abordar fenômenos específicos como a prática e a concepção educacionais a serem desenvolvidas, é evidente o quanto é preciso analisá-las inseridas num contexto macroestrutural, responsável pelos delineamentos e determinantes sociais de maneira mais efetiva.

Politicamente, o Brasil se consolidara pura e simplesmente durante o processo da República através de uma forte oligarquia rural, sustentada pela produção monocultora do café e voltada para a exportação. Nesse sentido,

Liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. Esse consórcio sustenta a soberania popular – reduzido o povo aos proprietários agrícolas capazes de falar em seu nome – , equiparada à democracia, democracia sem tutela e sem peias. A ideologia articulada aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, França e Estados Unidos, confortando a consciência dos ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileiras, muitas vezes enganados com a devoção sem exame aos modelos. Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do século XX, estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso. No seio do liberalismo político vibra o liberalismo econômico, com a valorização da livre concorrência, da oferta e da procura, das trocas internacionais sem impedimentos artificiais e protecionistas. O produtor agrícola e o exportador, bem como o comerciante importador, prosperam dentro das coordenadas liberais, favorecidos com a troca internacional sem restrições e a mão-de-obra abundante, sustentada em mercadorias baratas. (FAORO, 2004: 501)

A mudança da forma e do sistema político no Brasil, quando da passagem da Monarquia para a República, definitivamente não alterou profundamente a organização política e social efetiva, devida à permanência das famílias latifundiárias, constituindo o bem sucedido coronelismo.

O país passa por uma reformulação apenas no modelo político, através apenas da intervenção de uma elite interessada no fim do Império, sem se preocupar em alterar efetivamente a estrutura econômica do país. Neste sentido, no interior do Brasil, a figura do coronel permanece e se destaca como melhor modelo do chefe político local. O coronelismo, no Brasil, forma-se através da criação, ainda no Império, da Guarda Nacional. Assim,

A Guarda Nacional, criada em 1831, pra substituição das milícias e ordenanças do período colonial, estabeleceu uma hierarquia, em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional, por sua vez dependente do

prestígio econômico ou social de seu titular, que raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais. De começo a patente coincidia com um comando efetivo ou uma direção, que a Regência reconhecia, para a defesa das instituições. Mas, pouco a pouco, as patentes passaram a ser avaliadas em dinheiro e concedidas a quem se dispusesse a pagar o preço exigido ou estipulado pelo poder público, o que não chegava a alterar coisa alguma, quando essa faculdade de comprar a patente não deixava de corresponder a um poder econômico, que estava na origem das investidas anteriores. (LEAL, 1997: 13 – 4)

Com a tradição já fortalecida do coronelismo, o federalismo havia sido implantado automaticamente com a Proclamação da República. Porém, os estados de São Paulo e Minas Gerais conseguiam dominar alternadamente a política nacional, constituindo a conhecida “política do café-com-leite”.

A política nacional, monopolizada pelos interesses desses Estados se sustentava num implicado complexo de sustentação política de alianças realizadas entre as bases políticas locais e municipais.

A fim de garantir a coesão política dos poderosos partidos republicanos, sustentando a política realizada pelo líder partidário, os presidentes de cada Estado realizavam uma série de acordos, concessão de favores políticos e distribuição de recursos. Isso proporcionava a garantia do apoio incondicional das bases. Por isso,

Se ainda não temos numerosas classes médias nas cidades do interior, muito menos no campo, onde os proprietários ou posseiros de ínfimas glebas, os “colonos” ou parceiros e mesmo pequenos sitiantes estão pouco acima do trabalhador assalariado, pois eles próprios freqüentemente trabalham sob salário. Ali o binômio ainda é geralmente representado pelo senhor da terra e seus dependentes. Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural. (LEAL, 1997: 44)

A União era controlada pelos interesses de ambos os estados e isto conservava os privilégios de uma classe poderosa – a dos grandes produtores rurais –, uma das bases de apoio do novo regime. O sistema implementado através da República consolidaria uma forma hegemônica de governo imposta por São Paulo e Minas Gerais. Nesse caso,

Qual o sistema de sustentação da estrutura do poder – ainda vigente na última década da Primeira República e origem de imobilismo estrutural – que começa a sofrer os primeiros abalos durante esse tempo? Em resposta breve, pode-se dizer que o coronelismo foi o formador da base da estrutura do poder no Brasil e que sua supremacia incontestável permaneceu durante a Primeira República. Originado da

distribuição de postos honoríficos da Guarda Nacional, o sistema coronelista não é interrompido com o advento do regime republicano; ao contrário, é continuamente alimentado pelo desenvolvimento das formações oligárquicas e atinge um ponto mais alto com a chamada “política dos Governadores”. (NAGLE, 1974: 3 – 4)

Paralelamente, o setor econômico era caracterizado pela progressiva passagem de um modelo agrário-exportador para um sistema urbano-industrial no decorrer da Primeira República, nos principais centros urbanos do sudeste e sul brasileiros.

Durante todo o período colonial, a economia brasileira foi definida pelas suas características de fornecedora de produtos primários a baixo custo, constituindo-se também consumidora de produtos manufaturados a alto custo. Isto evidencia, sobretudo, o caráter extremamente dependente que o Brasil tinha frente à sua metrópole colonial, Portugal, bem como à potência mundial da época colonial e imperial, a Inglaterra.

No transcorrer da Primeira República, o café já se destaca como o principal produto econômico nacional e se torna nosso artigo de exportação por excelência. Isso torna o país extremamente vulnerável às oscilações do mercado mundial e o Estado, tido como liberal, passa a exercer um papel intervencionista a fim de promover uma defesa dos interesses dos produtores de café e demais setores da economia, de menor destaque.

Justamente a produção de café se torna o setor responsável, por outro lado, pelo acúmulo de renda e de capital, os quais serão usados na implementação das tentativas de industrialização do país, com alguns surtos já nos primeiros anos da República.

Somente na década de 1910, é que se dará o início efetivo do processo de industrialização no Brasil, garantida por diversos fatores, dentre os quais se pode destacar: a disposição de mão-de-obra livre e abundante, porém sem muita especialização para o trabalho técnico-industrial e carente de formação específica para o sistema de produção capitalista; o alto custo das mercadorias importadas e o expansivo mercado de consumo interno.

Estes fatores, somados a outros de caráter externo, como a I Guerra Mundial, acabam por perfazer uma mudança significativamente qualitativa na dinâmica econômica brasileira, demonstrando que

A economia de mercado interno que se expande nas décadas dos anos dez e vinte deste século – principalmente na dos vinte – significa alteração qualitativa importante, pois com ela se inicia passagem do centro dinâmico da economia brasileira – da economia voltada para o mercado externo para a economia voltada para o mercado interno, ponto fundamental para a superação da estrutura econômica existente. (NAGLE, 1974: 17)

Um dos maiores responsáveis pelas mudanças no campo social evidenciar-se-á pelo processo de imigração, principalmente, entre os anos de 1888 e de 1914. Como houve a Abolição da Escravatura e eram necessários novos trabalhadores para determinados setores da economia, a mão-de-obra estrangeira livre se demonstrava apta a exercer as atividades trabalhistas exigidas pelo mercado. Além do mais, foi um dos elementos responsáveis pela difusão, reprodução e formação de novas idéias em diversos setores da sociedade, originando determinados movimentos sociais, ponto de destaque ao longo da Primeira República. Por isso,

Algumas delas já tinham sido incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo; outras ainda foram somente então importadas, como o anarquismo. Entre os republicanos históricos, havia os que se ligavam à corrente liberal spenceriana e federalista, à moda de Alberto Sales e dos paulistas em geral, e os que se inspiravam antes na tradição da Revolução Francesa, que favorecia uma visão mais rousseauiana do pacto social, mais popular e centralista, ao estilo de Silva Jardim, Lopes Trovão, Joaquim Serra. E havia ainda os positivistas, que exultaram com o advento do novo regime, julgando ter chegado a hora, a que se consideravam destinados, de exercerem a tutela intelectual sobre a nação. Mas mesmo entre eles houve divisões – entre a ortodoxia da Igreja Positivista e as variantes civil e militar, que da doutrina retiravam apenas os aspectos que mais interessavam à ação política. (CARVALHO, 2004: 24 – 5)

Outro importante processo de destaque a estar se consolidando neste período consiste na urbanização. O início do processo de urbanização consiste numa mudança qualitativa do contexto histórico brasileiro e se origina da mudança qualitativa modo de produção social no país. Assim,

As inquietações urbanas, as angústias européias da elite, a sede de mando de civis e militares, a demagogia inquieta e impaciente – tudo se amortece e paralisa de uma muralha apagada e inerte. O senhor da soberania, o povo que vota e decide, cala e obedece, permanece mudo ao apelo à sua palavra. O bacharel reformista, o militar devorado de ideais, o revolucionário intoxicado de retórica e de sonhos, todos modernizadores nos seus propósitos, têm os pés embaraçados pelo lodo secular. Os extraviados cedem o lugar, forçados pela mensagem da realidade, aos homens práticos, despidos de teorias e, não raro, de letras. No campo, no distrito, no município, o chefe político, o coronel tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido. Ele municipaliza a expressão erudita, comunicando-lhe, de seu lado, sentido e conteúdo, converte o freio jurídico do governo no bucal caboclo. (FAORO, 2004: 620)

Com o processo de urbanização, iniciam-se e consolidam-se novos segmentos sociais, ampliando o universo social: burguesia comercial e industrial; classes médias urbanas e o proletariado industrial.

Isso evidencia as novas perspectivas de divisão do trabalho social, necessárias para atender às necessidades e demandas do modo capitalista de produção, recém implantado no país e em vias de expansão. Por isso,

O desenvolvimento do modo capitalista de produção e de vida, durante a República Velha, ocasionou o aceleração da divisão social do trabalho e exigiu nível cada vez mais crescente de especialização de funções, de que resultou o aparecimento de novas camadas sociais e a diferenciação das antigas classes dominantes; a história do período deve ser percebida como a da consolidação do empresariado rural e a da evolução do proletariado industrial. (NAGLE, 1974: 26)

E, com essa nova dinâmica econômica, de caráter progressivo e gradativamente, inicia paralelamente uma série de mudanças nos padrões de estratificação social.

Anteriormente, na realidade colonial e imperial, o país possuía um sistema de divisão social relativamente estável e simplificado, demonstrando uma sociedade relativamente fixa e impedindo grandes alterações na constituição da mesma.

Com a nova divisão do trabalho social, imposta pelo modelo capitalista de produção que avançava em algumas partes específicas do país, a sociedade passa a ter uma mobilidade muito maior em torno das mudanças sociais, bem como a existência de uma nova dinâmica e novos critérios de seleção na estratificação social, impondo posicionamentos e funções inéditas no país.

Essa dinamização social permite inclusive o surgimento de inúmeras manifestações pelo país, dando mostras de que a realidade social tornar-se-ia gradativamente mais complexa com o passar dos anos na República Velha, principalmente nas três primeiras décadas do século XX.

Com a entrada maciça de estrangeiros no Brasil, principalmente nas primeiras décadas da República Velha, aliada às novas classes sociais surgidas com a expansão das cidades e das indústrias, verifica-se também o início e o desenvolvimento de alguns movimentos sociais. Estes são caracterizados pelas reivindicações especificamente voltadas para as condições de trabalho, bem como para outros benefícios sociais, contidos nos principais discursos do movimento operário, difundido pelo mundo inteiro.

Por isso, “os operários, ou parte deles, acreditaram nas promessas do novo regime, tentaram organizar-se em partidos, promoveram greves, seja por motivos políticos, seja em defesa de seu poder aquisitivo erodido pela inflação”. (CARVALHO, 2004: 23)

Percebe-se que o Partido Socialista não terá grande avanço, tanto ideológica quanto quantitativamente, pois sua propaganda se deu basicamente através de meras publicações como folhetins e panfletos.

Os líderes do movimento anarquista conseguirão maior aceitabilidade por parte dos trabalhadores urbanos, por ficarem não apenas na difusão do discurso teórico, mas também no engajamento efetivo, na luta constante, estando à frente, inclusive, de inúmeras greves realizadas, principalmente na região sudeste, exigindo melhores condições de trabalho.

O movimento anarquista se engajaria permanentemente no combate às más condições de trabalho a que os operários estariam sendo submetidos nas indústrias dos principais centros urbanos brasileiros, bem como na reivindicação de maiores salários.

Os anarquistas estariam interessados também pela luta em prol do reconhecimento de direitos básicos necessários para a dignidade no exercício da atividade trabalhista. Esse caráter radical do movimento anarquista acabaria provocando uma reação das forças coercitivas, mantidas pelo Estado, inúmeras vezes. Muitos deles seriam até perseguidos pela polícia, capturados e até repatriados. Nesse intuito,

Quanto ao anarquismo, a fase principal de difusão deu-se durante os dois primeiros decênios deste século. Manifestou-se, fundamentalmente, sob a forma de organizações de beneficência, de socorros mútuos e de resistência, de lutas, reivindicatórias e de comícios; especificamente, manifestou-se na organização dos movimentos grevistas – pelos quais procurava forçar os grupos capitalistas a tomarem medidas de melhoria das condições de vida e de trabalho dos operários – e no exercício de pressões sobre os poderes públicos, federais e estaduais, para que fossem acolhidos, no Estado liberal brasileiro, determinados itens da legislação social. (NAGLE, 1974: 36 – 7)

Além dos movimentos ligados ao operariado urbano, nota-se também o crescimento de movimentos de caráter nacionalista, apresentando não só rudimentos teóricos, mas também planos de prática efetiva, no sentido de valorizar o genuinamente brasileiro, buscando consolidar as raízes da nação brasileira frente às interferências de ordem estrangeira, demonstrando uma clara xenofobia. Desse modo, “pequenos proprietários, empregados, funcionários públicos também se mobilizaram pela primeira vez no bojo da xenofobia florianista, organizando clubes jacobinos e batalhões patrióticos”. (CARVALHO, 2004: 23)

A I Guerra Mundial (1914 – 1918) seria o grande elemento motivacional para as idéias nacionalistas, quando os cidadãos valorizam e reafirmam a nação brasileira frente aos perigos do inimigo.

Dentre estes movimentos nacionalistas, destaca-se , por exemplo, a *Liga de Defesa Nacional*, criada por iniciativa de intelectuais como Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, cujos princípios giravam em torno de valores como o civismo, o culto à pátria, a difusão do ensino popular, a disciplina, bem como o combate ao analfabetismo. Sendo assim,

[...] o nacionalismo, do ponto-de-vista interno, resulta de um sistema de tensões que aparece nessa fase de transformação e, por isso mesmo, compromete-se com as duas modalidades de ordenação da sociedade brasileira do tempo. É tanto um movimento conservador quanto progressista, embora seja, de um modo geral, mais conservador que progressista. Do ponto-de-vista externo, o nacionalismo, na sua maior parte, aparece como manifestação que contraria os propósitos expansionistas das sociedades mais desenvolvidas, que buscam novos mercados e formas neocoloniais de dominação. Sob esse aspecto, é interessante notar que apenas no caso do nacionalismo “liberal” não se manifesta o esforço para combater tal política de expansão e domínio, ditada pelas novas condições internacionais do após-guerra. (NAGLE, 1974: 56)

Ao ser implantada a República no Brasil, as idéias liberais e positivistas do secularismo, conseqüentemente, influenciam os líderes à frente do Estado e há a separação entre este e a Religião.

No caso brasileiro, especificamente, a Igreja Católica Apostólica Romana deixa de ser uma extensão do Estado e passa agora, oficialmente, a fazer parte da sociedade civil. Neste sentido, o catolicismo sofre uma das maiores perdas políticas e institucionais de toda a sua história no país.

Através das ações comandadas por D. Sebastião Leme, arcebispo de Olinda, dá-se início à organização da reação católica frente à questão da secularização do Estado brasileiro.

Numa mobilização da camada intelectual católica, a Igreja promove uma luta pela conscientização em favor da cultura e da educação religiosa, como forma de combater os males sociais que assolam o país e lutar pelo reconhecimento da importância do papel desempenhado pela Igreja Católica Apostólica Romana junto à sociedade em geral.

No âmbito militar, o tenentismo veio se demonstrando como mais um movimento a compor o já conturbado contexto social na última década da República Velha.

Os tenentes refletem os principais anseios de uma classe média em formação e consolidação, reivindicando o retorno e a defesa pelos mais puros ideais liberais, propagados pelos teóricos republicanos, já não tão presentes assim na República brasileira de fato, cujo governo se demonstra autoritário e opressor. Isso contraria os princípios básicos da liberdade política, da igualdade de oportunidades e da fraternidade em torno do Progresso. Por esse motivo,

A situação do tenentismo se alterará, contudo, pela sua participação no processo revolucionário de 1930. Enquanto nas insurreições de 1922, 1924 e 1926 – para mencionar os principais momentos da rebeldia tenentista – os tenentistas foram, ao mesmo tempo, planejadores e executores ou, por outra, os principais líderes, já na revolução de 1930 formaram um dos componentes de um movimento heterogêneo, organizado e dirigido por homens de partido (“políticos profissionais”): três ex-presidentes, velhos políticos conservadores, políticos jovens. (NAGLE, 1974: 71)

Em outras palavras, a revolução de 1930 irá concentrar setores heterogêneos da sociedade brasileira, interessados num único objetivo: inserir a nação num novo projeto de desenvolvimento econômico e novos parâmetros políticos de condução da sociedade brasileira. Desse modo,

O tenentismo tem sido interpretado como uma ideologia pequeno-burguesa, como um esforço das nascentes “classes médias” para se incorporarem à ainda pouco diferenciada estrutura do poder da sociedade brasileira da época. (NAGLE, 1974: 72)

Já se referindo ao campo artístico, um dos movimentos mais controvertidos e polêmicos que se destacará no final da Primeira República é o Modernismo, voltado para a valorização dos elementos culturais da própria realidade do país, bem como pela plena renovação técnica, renovando drasticamente a concepção de obra artística.

Essas defesas teóricas e práticas evidenciam uma clara tendência de cunho nacionalista, a qual fará parte das principais linhas diretrizes do movimento no Brasil. Neste sentido,

[...] dentre os que conduzirão à realização da Semana da Arte Moderna, em 1922, “o brado principal” do movimento modernista – dois devem ser mencionados: as exposições de Anita Malfatti, em 1917, e a de Brecheret, em 1919. Significam o rompimento com as convenções aceitas de arte, no domínio da pintura e da escultura, bem como constituem o primeiro centro de aglutinação dos ainda potenciais defensores da renovação literária e cultural. (NAGLE, 1974: 75)

Já os antecedentes e as fontes inspiradoras do Integralismo no Brasil estão diretamente ligados às tendências mundiais de formação de movimentos antidemocráticos e antiliberais, disseminados por diversos países do mundo.

Frutos de uma mentalidade surgida durante a I Guerra Mundial, demonstram-se como sendo movimentos ultra-direitistas, reacionários, com fortes tendências xenófobas, eugênicas e de luta pelos interesses oligárquicos. Essa posição assumida por estes grupos minoritários, evidentemente, posicionam-se de forma contrária aos principais anseios demonstrados pelo capitalismo em ascensão, de forte tendência liberal e burguesa.

O contexto histórico brasileiro na República Velha (1889 – 1930) demonstra um momento de importante sentido e papel dado à escolarização da sociedade, por ser considerada processo fundamental para a efetivação do processo civilizatório da sociedade brasileira.

O país vivencia um momento intenso de transformações em diversos âmbitos da sociedade, economia e política. E assim, o Brasil inicia uma nova trajetória histórica, no sentido de adequar as instâncias que compõem sua dinâmica interior, articulada com as transformações em níveis mundiais.

1.2. A questão educacional na Primeira República: ideário e discurso liberal

A trajetória das idéias do Liberalismo já vem sendo realizada desde os movimentos em prol da independência política no período colonial brasileiro. A Inconfidência Mineira, já citada anteriormente, representa uma das maiores expressões dessa modalidade de movimento, tendo como fontes inspiradoras as idéias do Iluminismo, bem como os anseios das revoluções burguesas, realizadas em alguns países como França, Inglaterra e Estados Unidos, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

O contato com as idéias liberais, republicanas e democráticas ocorre, sobretudo, na Europa, e são difundidas entre os estudantes brasileiros que para lá se dirigiam a fim de obter uma formação superior, em áreas como medicina, engenharia e direito.

Tendo sido duramente reprimidos pela metrópole portuguesa aqui, no Brasil, estes movimentos, contudo, continuaram inspirando ideologicamente diversos setores da sociedade, descontentes com a situação do país durante o período colonial, bem como no período imperial.

A Proclamação da República representa um dos eventos políticos mais significativos e decisivos da história do país. Representa a primeira manifestação das idéias liberais na prática, tendo como pressuposto a defesa pelos direitos civis, políticos e alguns dos direitos considerados sociais, possuidores do caráter de universalidade.

Dentre estes, destacam-se, principalmente, a liberdade de expressão, política, ideológica e religiosa, bem como a livre iniciativa econômica, isenta das interferências diretas da instituição estatal. Além do mais, no que se refere à instrução, passou a ser defensora de uma educação pública, laica, gratuita e universal.

Atentos aos ideais republicanos e positivistas, os membros da primeira Constituinte Republicana (1891) reservaram, gradativamente, lugar de destaque para as questões relativas à proposta de uma educação caracterizada pelos seguintes itens qualificativos: pública, laica, gratuita e democrática.

Partindo do pressuposto de que o Estado representa uma das instâncias mais importantes e poderosas da sociedade, as leis e as normas podem ser e de fato o são, reflexos do contexto histórico de seu tempo, ao serem propostas, debatidas e, posteriormente, promulgadas.

Devido aos interesses da camada política que está à frente do poder, as leis são elaboradas visando efetivar os intuítos das classes hegemônicas economicamente, solidificando os mecanismos que proporcionam a manutenção do *status quo*. Por isso,

Neste sistema social “natural”, o papel da instrução pública encontra-se estreitamente vinculado ao papel do Estado. A este é confiada a missão de “garantir a segurança, essencialmente necessária à propriedade e à liberdade”. O Estado dispõe da força para manter a ordem natural, cujos princípios não se impõem por si próprios à consciência dos indivíduos. Mas esta força sozinha é impotente; e a educação representará então a parte essencial da ação persuasiva e preventiva do Estado. (PETITAT, 1994: 143)

O Estado, manifestação da sociedade política, consolida-se quando consegue se impor como uma instância educadora por excelência, empreendendo práticas responsáveis pela vigilância e inculcação ideológica, baseada nas diversas formas de divulgação dos símbolos e dos valores cívicos, demonstrada particularmente pelo uso da força coercitiva e representada pelas forças militares e policiais. Por isso,

A instrução deve necessariamente ser pública, uma vez que representa um instrumento essencial de legitimação de uma ordem social em que a igualdade, a liberdade e a justiça, formalmente definidas, aliam-se na realidade à desigualdade, à dominação e à injustiça. A instrução não é um bem como os outros, uma área em que se poderia deixar desenvolver-se a concorrência entre proprietários: isto seria correr o risco de uma desintegração da ordem natural. (PETITAT, 1994: 144)

A proposta republicana passa a ser latente na concepção de educação defendida para a primeira Constituinte brasileira após o Império, em 1891. A educação passa a ser considerada não mais como um luxo, privilégio de uma classe especialmente devotada ao culto das humanidades, ou mero produto de uma cultura humanística jesuítica, desinteressada frente aos problemas práticos e de caráter essencialmente especulativo, sob a influência do pensamento medieval.

Contrariamente, a educação passa a desenvolver o caráter de necessidade social, através da qual, o Brasil, finalmente, poderia ingressar-se num processo seguro e certo de desenvolvimento socioeconômico, remetendo-o ao grau de país moderno e na vanguarda do Progresso, garantindo a Ordem estabelecida pelo Estado.

Para o Positivismo, movimento filosófico do século XIX e de origem francesa, de forte influência entre os republicanos, sustenta-se a idéia de que as espécies sociais passavam por diferentes estágios de desenvolvimento social. Seria possível, então, diferenciá-las entre bem sucedidas e mal sucedidas. Além do mais, colocava o culto do conhecimento científico a serviço de uma efetiva reforma social, visando à conservação da ordem estabelecida pela mesma. Assim,

Essa tendência amadureceu no interior do último terço do século XIX. Nesse lapso, as transformações materiais apontadas apresentaram perfeita consonância com as medidas que, a partir de 1870, se estenderam a todos os países mais avançados, visando à constituição dos sistemas nacionais de educação e à universalização dos serviços escolares. Foi nesse instante que ganhou novo vigor a proposta burguesa clássica de escola pública, universal, laica, obrigatória e gratuita, mas, então, segundo uma formulação que lhe foi dada pelo escolanovismo. Conferiu-lhe singularidade o fato de a esses atributos ter sido acrescentado o qualificativo única [...]. (ALVES, 2001: 151)

Os republicanos brasileiros desejavam formar e consolidar a organização nacional de ensino, buscando acompanhar as principais ações, neste sentido, dos países ditos avançados, principalmente os da Europa, como a França, Alemanha e Inglaterra.

Até então, o ensino primário, praticamente abandonado, desenvolvia-se através do modelo das escolas isoladas e das aulas régias, imposto pelo Império português, depois da expulsão dos jesuítas pelas Reformas Pombalinas, em 1759.

De maneira geral, os republicanos desejavam fortalecer o sistema de ensino, buscando consolidar a Ordem e o Progresso no país, que acabava de se adentrar num novo sistema político: a República.

A Constituição de 1891 se demonstra, por sinal, bastante generosa quanto aos direitos do indivíduo, incrementando a preponderância do privado frente ao público, dos direitos à propriedade privada e à apologia do não-intervencionismo do Estado sobre o mercado, considerado instância autônoma. Refletindo claramente os ideais básicos da doutrina liberal republicana, a seguir, está reproduzido o fragmento da Constituição Federal de 1891 (aqui reproduzidos mantendo a ortografia original), contendo alguns dos principais direitos garantidos aos cidadãos (*os grifos são meus*):

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Promulgada a 24 de fevereiro de 1891

Título Primeiro – Da Organização Federal

Capítulo IV – Das Atribuições do Congresso

Art. 35. Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

1º. Velar na guarda da Constituição e das leis, e providenciar sobre as necessidades de carácter federal;

2º. Animar, no paiz, o *desenvolvimento das letras, artes, e sciencias*, bem como a imigração, a agricultura, a industria e o commercio, *sem privilegios que tolham a acção dos governos locais*;

3º. *Crear instituições de ensino superior e secundario nos Estados*;

4º. *Prover à instrucção secundaria no Districto Federal*.

Titulo IV – Dos *Cidadãos Brasileiros*

Secção II – *Declaração de Direitos*

Art. 72. A constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no paiz a *inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade*, nos termos seguintes:

[...]

§ 6º. Será *leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos*.

§ 7º. *Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção official*, nem terá relações de dependência ou alliança com o Governo da União, ou o dos Estados.

Entretanto, a mesma Constituição omite-se diante da questão da gratuidade do ensino primário como princípio universal e mantém a descentralização do ensino, herdada do Império, demonstrando claramente os conflitos ideológicos entre os constituintes quanto à questão educacional. Assim, a União usa o pretexto, por não ter a responsabilidade constitucional pelos ensinos primário e secundário, concedidos aos Estados, para se manter alheio às grandes questões ligadas à educação.

As questões relativas à educação acabam-se tornando temática de discussão de importância secundária. O governo provisório ainda estava efetivamente ligado aos interesses da tradicional oligarquia rural, latifundiária, e omitiu-se frente às condições defendidas por grupos específicos de intelectuais, principalmente liberais e positivistas.

Uma das soluções encontradas para a polêmica responsabilidade da União frente à educação, baseada no princípio da Federação, através do Ato Adicional de 1834. Cada unidade federativa, o Estado, fica responsável por fornecer as condições básicas para o funcionamento da educação primária e secundária, enquanto a União assume o ensino superior. Segundo alguns intérpretes, isso garantiria e preservaria a autonomia política de cada unidade federativa, no caso os Estados. Essa solução foi um artifício criado para desresponsabilizar a União frente à educação primária e secundária, deixando-os sob responsabilidade dos Estados. E, por fim, este artifício também conseguiria assegurar a qualidade para o ensino superior, acessível somente a uma elite privilegiada e minoritária, interessadas numa educação como distinção e prestígio social. Por isso,

Já no terreno específico da educação escolar [...] é possível dizer que a educação teria sido o único direito social insinuado no campo de direitos civis. Mas, mesmo isto, com a hegemonia do liberalismo oligárquico, será ancorado na dimensão de virtus, própria do esforço individual de cada qual. Assim, não haverá educação obrigatória exatamente porque a oportunidade educacional será vista como demanda individual. (FÁVERO, 2001: 79)

Não podemos afirmar categoricamente que a Constituinte de 1891 tenha omitido a questão da educação escolar, defendido pelo modelo liberal. Contudo, percebe-se que a forte tendência individualista, em conjunto com o forte federalismo defendido pelos republicanos, e, associada à autonomia dos diferentes estados, a educação e outras questões dos direitos sociais sofreram as conseqüências de um liberalismo excludente e pouco democrático na prática, em termos de oferecimento de reais oportunidades para todos os membros componentes da sociedade brasileira.

Durante todo o período da Primeira República, a instrução pública nunca deixará de ser uma das principais questões sociais ao ser debatida, reivindicada e proclamada como meio eficaz de promover o desenvolvimento do país e contribuir para a construção e consolidação de uma identidade nacional, necessária para a solidificação de reais valores da pátria brasileira. Claramente, percebe-se que a promulgação da Constituição de 1891 não reflete todos os ideais propostos pelos republicanos, teoricamente abordados e defendidos.

Pensadores como Rui Barbosa, José Veríssimo, Carneiro Leão, Alceu Amoroso Lima, e outros, de diversas e variadas tendências ideológicas, mas, sobretudo liberais passaram a discutir a questão educacional no Brasil. A partir desse momento, da Primeira República, a elaborar discursos pedagógicos e políticos em prol de uma educação efetiva de toda a sociedade, visando, sobretudo, promover o sentimento de nacionalidade e oferecer ao país as condições reais e necessárias para se inserir definitivamente na modernidade.

O papel desempenhado pelos intelectuais voltados, de alguma forma, para a educação é fundamental para compreendermos as variáveis determinantes da realidade sócio-histórica de uma época determinada. Ao desempenharem um papel ativo na construção e solidificação dos valores propagados, independentemente da tendência relativa à concepção do papel do Estado, os intelectuais contribuem efetivamente para a conservação da ordem estabelecida, ou, por outro lado, podem atuar também alterando consideravelmente a realidade onde esteja inserido. Pois,

Para a concepção historicista, não existe intelectual social e politicamente “solto” ou neutro. Isso, entretanto, não quer dizer que exista uma forma única de comprometimento político. Há duas grandes formas de engajamento social do intelectual: a tradicional e a orgânica. São duas maneiras importantes e distintas de fazer política: a tradicional evidencia, em primeiro plano e explicitamente, sua ligação com a tradição científica e com os grandes mestres da área. Seu método de trabalho e seu estatuto científico foi definido e é guardado pelo sua corporação. Essa evidência num primeiro momento pode dar a “ilusão” de que o intelectual tradicional não está comprometido com determinados interesses econômico-sociais, mas apenas com as normas “objetivas” tradicionais de seu estatuto científico. Ora, justamente essa sua fidelidade ao estatuto científico tradicional é o elemento político mais precioso para a luta pela hegemonia. Ou seja, os grupos econômicos

que pretendem dirigir o Estado disputam a adesão dos intelectuais tradicionais cujo valor político é proporcional à sua fidelidade (competência) ao estudo científico tradicional. Em suma, o valor político específico do intelectual tradicional desaparece se esse intelectual deixa de ser tradicional e se torna orgânico. (NOSELLA, 2004: 163)

Como a Proclamação da República representa uma mudança qualitativa no sistema de distribuição do poder no Brasil, o Estado passa a representar cada vez mais uma importante instância para a camada privilegiada economicamente, como já expresse. Quando o sistema capitalista procura se consolidar no Brasil, sobretudo no Estado de São Paulo, principalmente no decorrer da década de 1920,

O Estado burguês de fato coordena ou solda as funções de seus intelectuais orgânicos (políticos, empreendedores, administradores, técnicos, operadores etc.) com as de seus intelectuais tradicionais (eclesiásticos, filósofos, cientistas, artistas etc.). Trata-se de uma coordenação que ocorre de forma limitada e abstrata, porém suficiente para seus objetivos. Cabe também ao Partido Político Revolucionário coordenar seus orgânicos (políticos, sindicalistas, administradores etc.) com os intelectuais tradicionais que a ele aderem, tornando-se uma grande escola crítica que solda e funde o especialista com o político. (NOSELLA, 2004: 169)

No decorrer de toda a República Velha, percebemos a presença de determinados intelectuais, alguns citados anteriormente, em boa parte engajados e declarando-se defensores do Liberalismo. Ocupados com a defesa teórica de um discurso pedagógico ou, em alguns casos, de fato, engajados numa prática efetivamente política numa sociedade. Esta encontrava-se num momento de mudança de caráter qualitativa: o modelo agrário-exportador passa a ser substituída, gradativamente, para uma outra sociedade de características urbanas e industriais. Por isso,

O “espírito republicano”, formado no embate ideológico dos fins do Império, se arrefecera gradualmente durante as três primeiras décadas da implantação do novo regime. A República idealizada teve que sofrer amputações para se ajustar às condições objetivas da existência social brasileira dos primeiros trinta anos. Dessa maneira, da República teoricamente construída, de acordo com determinados níveis de aspiração, restou a República possível, realizada sob a orientação e a pressão das forças sociais mais ponderáveis da situação histórico-social do período. Daí o desânimo, mais que o desânimo, as desilusões e as frustrações que dominaram a mentalidade dos homens públicos, dos pensadores, dos intelectuais e dos educadores que viveram durante a Primeira República até cerca de 1920. Até próximo a essa data porque, por esse tempo, das próprias desilusões e frustrações se liberam as energias acumuladas, que motivam amplo processo de reorientação do pensamento e da atuação. (NAGLE, 1974: 100 – 1)

O discurso basicamente girava em torno da necessidade de uma consolidação do pensamento burguês, frente à questão da educação nacional, assumida pelos burgueses como meio capaz de garantir algumas das condições importantes para a afirmação de certas

características da nação brasileira como a língua, a religião e a raça, priorizando a manutenção de uma ordem nacional.

Os Grupos Escolares cada vez mais são assumidos em São Paulo e Minas Gerais como o modelo escolar existente mais eficaz e capaz de contribuir de maneira definitiva para o fim dos problemas ligados à educação pública nacional, considerada fundamental para a consolidação do modelo capitalista de economia. Os Grupos Escolares se manifestam como o padrão de escola mais avançado da época da Primeira República (1889 – 1930) e, aos poucos, vai sendo assumido pelas reformas estaduais de ensino para fundamentar e contribuir para as tentativas de sistematização da educação escolar.

Existem alguns fatores que, agora, passam a exercer pressão para que a educação escolar realmente passe a ser questionada, inicialmente, e discutida politicamente, pelo menos. Um desses fatores, na verdade o de maior destaque, concentra-se no setor econômico: com a complexidade crescente da divisão do trabalho social no Brasil, a instrução escolar passou a ser encarada inclusive como necessidade social, pois através da mesma, pensava-se, seria possível a qualificação da mão-de-obra atuante sobretudo nas indústrias. A educação passa a se tornar, aos poucos, condição fundamental a fim de garantir o ingresso das massas no mercado de trabalho, bem como o fornecimento de mão-de-obra instruída e especializada para as fábricas e indústrias, cada vez mais presentes no cenário nacional, principalmente no sudeste.

Os diversos intelectuais que passam a usar do discurso de defesa, em torno da necessidade e do papel da educação, alguns obtiveram grande destaque, devido à grande questão levantada em torno da situação da educação popular. Assim, Rui Barbosa (1849 – 1923), um dos pensadores e políticos mais famosos e influentes do Brasil republicano, destacou-se por inúmeras realizações e vastíssima obra. É considerado um dos principais responsáveis pela implantação do Regime Republicano no Brasil. Seus pareceres referentes à educação nacional oferecem uma ampla consciência acerca da situação da instituição escolar, sobretudo primária, no final do Império. Foi um dos maiores articuladores da Constituição de 1891.

Dentre outros intelectuais de renome, destaca-se também José Veríssimo (1857 – 1916), jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário. Também se destaca por um forte discurso em defesa dos ideais nacionalistas. Acreditava que a educação seria o elemento fundamental para a consolidação da cidadania do povo em geral, pois o iletrado sempre estará totalmente marginalizado das questões ligadas ao discurso e à prática política.

Conforme suas obras, a educação seria o elemento, por excelência, na construção de uma identidade nacional solidificada. Neste sentido,

Não basta, porém, conhecer a Pátria no seu solo, nos seus acidentes naturais, na sua natureza, no seu clima, nas suas produções, na sua atividade e na sua riqueza; não é suficiente saber-lhe as origens, como se povoou e se desenvolveu, qual o seu contingente à civilização ou os seus elementos de progresso, as lutas que teve de sustentar, os triunfos que obteve ou os reveses que sofre; é necessário mais, é indispensável, em um país livre principalmente, em especial numa república, conhecer as suas instituições, em si e nas suas origens, saber-lhe as leis com as obrigações que impõem e os deveres que garantem, estudar as leis gerais de moral, de economia e de política que presidem às sociedades e estabelecem e dirigem as relações entre os seus membros; aprender a solidariedade nacional na solidariedade escolar, e a noção de dever cívico, do dever humanitário e do dever em geral, no dever e na disciplina da escola. O conhecimento destes diversos aspectos da Pátria, não já como região, não já como nação, senão como estado, como uma sociedade cujos fins, conforme os de todo o Estado, são o desenvolvimento das faculdades da Nação, o aperfeiçoamento da sua vida, constitui a educação cívica. (VERÍSSIMO, 1985: 56)

Muitas manifestações favoráveis ao desenvolvimento da educação nacional, sólida e comprometida com os interesses da nação brasileira, encontrou um grande defensor da educação pública em Carneiro Leão (1887 – 1966), educador, professor, administrador e ensaísta. Via o processo educacional não apenas como instrução intelectual ou formação para o trabalho, mas também comprometida com a formação holística do homem. Por isso,

Educar não é ensinar apenas a escrever e a ler. É formar, desenvolver e dirigir as aptidões individuais, melhorando-as, dando-lhes possibilidades novas, adaptando-as às necessidades da época, às exigências do momento e do meio. Ensinar a escrever e a ler, deixando os indivíduos alheios às necessidades do seu tempo, arredios da luta que se trava para a supremacia dos povos, ignorantes dos elementos que levam ao triunfo, incapazes de influírem, com o seu trabalho, a sua capacidade e a sua ação, no destino da sua nacionalidade, é fazer tudo, menos homens vitoriosos, é conseguir tudo, menos uma gente forte, uma pátria poderosa. (CARNEIRO LEÃO, 1917: 23 – 4)

Contrariamente, também no âmbito das alas conservadoras do catolicismo, temos a atuação e a influência de um grande pensador interessado nas questões ligadas às discussões em torno da questão educacional no Brasil, especificamente, das discussões em torno da secularização do Estado e, por outro lado, a necessidade do ensino religioso nas escolas.

Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983), conhecido pelo pseudônimo *Tristão de Athayde*, destacar-se-á por ser uma liderança em diversos movimentos católicos e defender o ensino religioso como uma das formas eficazes na luta contra o secularismo, o ecletismo e o ceticismo, tão característicos das sociedades contemporâneas.

Acusava o Estado Republicano de valorizar apenas o instrutivismo utilitário, sem se preocupar com uma educação global, voltada inclusive para a defesa de elementos

essenciais à vida, como o desenvolvimento de uma religiosidade no indivíduo, e isto seria um dos maiores atributos esperados da escola contemporânea. Nesse sentido,

Esse o regime a que esteve o Brasil submetido por quarenta anos. Se não fora o esforço dos estabelecimentos privados, onde se mantinha sempre o primado da educação moral e religiosa, como alma da instrução intelectual e da preparação física, teríamos visto nesses quarenta anos, não apenas uma decadência moral patente mas porventura o próprio aniquilamento nacional, como já estamos vendo as mais graves ameaças de separatismo. (ATHAYDE, 1931: 87)

No final da Primeira República, foi instituída em 1924 a ABE (Associação Brasileira de Educação) reunindo alguns dos mais consagrados educadores brasileiros, como Fernando de Azevedo e Paschoal Lemme. A ABE estimulou o movimento de renovação da educação, que atinge seu ápice, através do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova" (1932), o qual defende ensino público, laico, gratuito e obrigatório.

Esse período é também assinalado por inúmeras reformas educacionais que objetivavam normatizar a estrutura e o funcionamento do ensino primário, secundário e superior: a Reforma Benjamin Constant (1890), a Reforma Eptácio Pessoa (1901), a Reforma Rivadávia Correia (1911), a Reforma Carlos Maximiliano (1915) e a Reforma João Luís Alves (1925).

Também nos Estados foram implementadas várias reformas, dentre as quais destaca-se a de Sampaio Dória, em São Paulo (1920), a de Lourenço Filho, no Ceará (1923), a de Anísio Teixeira, na Bahia (1925), a de Francisco Campos, em Minas Gerais (1927/1928) e a de Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928).

Essas Reformas, acompanhadas da fundação da ABE e as investigações sobre a educação promovidas pelo O ESTADO DE S. PAULO, em 1926, dirigido por Fernando de Azevedo, favoreceram não só as discussões teóricas das questões da educação, mas também para o aprimoramento dessa área.

Portanto, a atuação de inúmeros pensadores e intelectuais foi essencial e fundamental para a efetiva renovação, mudança ou até mesmo a manutenção de diversas questões ligadas à educação, no cenário nacional.

Isso evidencia o quanto é imprescindível a participação efetiva e a produção teórica que ofereça um suporte para as ações, sobretudo do Estado, instância que pode garantir a prática efetiva da educação pública de maneira mais facilitada e evidente.

A manifestação do ideário liberal pelos republicanos se dava essencialmente por duas vias: o princípio da representatividade, através do qual um grupo de pessoas era

escolhido pelo voto para exercer o papel de governantes e mandatários do Estado; outra, pelo princípio de justiça, de isonomia, de igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

Contudo, a prática tende a ser diferente em relação ao que é defendido teoricamente, nos quais o sistema esteja inspirado. O Brasil ainda era herdeiro de uma economia dos moldes próximos ao que foi o feudalismo europeu, com uma sociedade agrária, patriarcal, estamental e inflexível.

Boa parte da população não tinha seus direitos de cidadania garantidos, vivendo à margem do oficialmente estabelecido. Portanto, no decorrer da Primeira República (1889 – 1930), o país passa por grandes transformações, exigindo uma maior flexibilização das suas instituições e uma revisão constante e gradativa das principais questões sociais, políticas e econômicas.

Uma das instituições mais urgentes, no sentido da necessidade de ser totalmente revista e remodelada, é a educação formal, especificamente a escolar. A importância da escolarização durante a República Velha se mostra como resultado de uma série de fatores, de necessidades essencialmente ligadas às condições materiais. Com isso,

Uma das maneiras mais diretas de situar a questão consiste em afirmar que o mais manifesto resultado das transformações sociais mencionadas foi o aparecimento de inusitado entusiasmo pela escolarização e de marcante otimismo pedagógico: de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo). (NAGLE, 1974: 99 – 100)

O “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico” são posicionamentos que começam a ser mais evidentes na década de 10 e, principalmente, nos anos 20, com a penetração dos ideais da Escola Nova no Brasil.

São também expressão de um número cada vez maior de movimentos sociais que colocam a questão da educação escolar, como uma das suas maiores reivindicações, por acreditarem no potencial social que ela pode proporcionar para o aperfeiçoamento do espírito do povo e do desenvolvimento do país.

A educação passa a ser vista não apenas como uma questão teórica a ser discutida ou debatida nos bancos acadêmicos ou gabinetes políticos, mas passa a ser tratada como um

assunto de ordem prática, evidenciado seu lado utilitário, pragmático, técnico e, sobretudo, científico.

O processo educacional passa a ser visto não apenas como uma força conservadora dos ideais coletivos de uma sociedade, mas até mesmo como regeneradora, capaz de reformar elementos desgastados do universo social.

Estas idéias novas referentes à educação são marcadamente influenciadas pelo movimento escolanovista, defensor da reestruturação do ensino em seus mais diversos níveis, para garantir a eficácia do sistema escolar e atender as demandas da sociedade. E, por isso,

Assim é que, utilizando como recurso comparativo as principais etapas do desenvolvimento histórico da Escola Nova, na sua dimensão universal, observa-se o seguinte: quatro etapas já se haviam sucedido, no desenvolvimento histórico geral do escolanovismo, enquanto no Brasil não havia sido atingida nem a primeira. Com efeito, de 1889 a 1900 – primeira fase –, foram criadas as primeiras escolas novas, o que mostra que o movimento não apareceu como resultado de pura especulação. A segunda, de 1900 a 1907, é a da formulação do novo ideário internacional, por meio das diversas correntes teórico-práticas, quando se destaca a atuação de Dewey, considerado o “pai do movimento ativista na ordem teórica”. De 1907 a 1918 – terceira fase – ocorrem a criação e a publicação dos primeiros métodos ativos, ao mesmo tempo que é um período de maturidade das realizações. Finalmente, a fase que vai de 1918 em diante, de difusão, consolidação e oficialização das idéias e dos princípios, dos métodos e das técnicas do escolanovismo. (NAGLE, 1974: 240)

Sumariamente, o Estado se manifesta também ao nível da escolarização como uma instituição que procura assegurar a estrutura de classes existente. Todas as reformas de ensino, realizadas até os anos vinte do século XX, são esforços na tentativa de conservação dos interesses ligados às camadas privilegiadas da economia. A organização do Estado expressa apenas exigências de uma reduzida parcela da sociedade, à frente do poder político. Entretanto, as transformações sociais e as inquietações desencadeadas no decorrer da década dos vinte provocam o fenômeno do entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico, denunciando um novo processo de relacionamento entre o Estado e a sociedade.

1.3. O Estado de Minas Gerais na República Velha

Acompanhando as tendências republicanas, defensoras da modernização e da escolarização, Minas Gerais (por ser um dos principais Estados da Federação Republicana e concentrar boa parte dos políticos, lideranças republicanas e oligárquicas) também efetuará esforços no sentido de programar a escolarização pública em conciliação com os ideais positivistas e liberais.

Minas Gerais se destaca pelo seu potencial econômico e, sobretudo, pela sua presença marcante nas questões políticas nacionais. Ao lado do Estado de São Paulo, domina hegemonicamente o cenário das eleições nacionais. Por isso,

A transição republicana, o realinhamento das forças estaduais e, dentro de Minas, a articulação negociada entre facções de uma oligarquia em confronto permitiram a entrada do estado mineiro no cenário político nacional. A mudança da capital, discussão remota, ganha força de legitimidade no projeto de modernização do estado, e principalmente, na sua unificação. A mudança da capital da velha Ouro Preto para a planejada Belo Horizonte, em 1889, faz da Minas dividida, a Minas preparada para os novos tempos republicanos. (BOMENY, 1994: 24)

Minas Gerais, em seus esforços pela efetivação da escolarização pública, evidencia a importância dada a esse componente da estrutura social, bem como a consolidação dos ideais liberais na formação individual. Assim,

[...] a legislação escolar e as reformas dos serviços de instrução funcionaram, ao longo do século XIX e XX, em Minas Gerais, como conteúdo e forma a partir dos quais setores, os mais importantes da nossa intelectualidade e elite política, buscaram apreender e dar inteligibilidade à escolarização, tomando como base as noções de civilização, ordem e progresso. (FARIA FILHO, 2003: 83)

Apesar de ser considerada a segunda economia do país e de ter presença marcante no cenário político nacional, os mineiros criticavam a posição do Estado frente ao seu vizinho, São Paulo. Este progredia em passos largos e o abismo entre ambos aumentava gradativamente, no decorrer do período abordado.

Comparando-se com outros Estados, principalmente os do Nordeste e Norte, Minas ainda possuía uma larga vantagem em diversos setores.

Em termos de território, Minas representa um verdadeiro mosaico de diferentes paisagens e níveis de desenvolvimento. Na República Velha, o Estado é formado por sete zonas ou sub-regiões geográficas, com suas peculiaridades e relativamente isoladas entre si. Sendo um mosaico inconstante, então, de diversas sub-regiões ou zonas distintas entre si, Minas não representa, conseqüentemente, uma unidade econômica.

Por ser desprovido de litoral, não participou direta e efetivamente da fase de crescimento das exportações durante o período imperial. Seu território foi formado estrategicamente pelos portugueses, de modo a evitar a entrada indesejável de exploradores aleatórios das famosas minas de ouro e diamantes.

O povo que compunha o Estado era basicamente formado de trabalhadores rurais, tendo, por isso, uma população de identidade rural e de baixos níveis de participação política

nas eleições. Dessa forma, o fenômeno do coronelismo, discutido anteriormente, obteve em Minas Gerais condições satisfatórias para o seu desenvolvimento e consolidação. Neste, o coronelismo formou gradativa e firmemente uma rede de apoio entre os chefes locais e as lideranças estaduais, até chegar às lideranças nacionais. Dentre essas condições, podemos dizer que até 1920, Minas era considerado o Estado mais populoso da União, sendo posteriormente ultrapassado por São Paulo.

Durante a fase áurea da imigração (1880 – 1920), não consegue atrair mão-de-obra estrangeira, apesar dos subsídios oferecidos pelo Estado. Minas Gerais tinha o interesse de atrair imigrantes para a dinamização da sua economia. No decorrer da Primeira República, com exceção do Triângulo, do Centro e do Leste, todas as outras sub-regiões haviam quase parado de crescer economicamente.

Incentivado pela pecuária e a agricultura, o Triângulo manteve sua cota populacional, assim como o Oeste. O Triângulo era uma das duas novas zonas e a cidade de Uberaba servia como seu centro comercial e bancário. (WIRTH, 1982: 61)

E, por outro lado,

Também merece destaque o crescimento do Triângulo ativado pelo “boom” do arroz nas terras mais altas após 1910 e pela integração com o mercado de São Paulo. Próximos a Uberaba no índice estavam Uberlândia (1923) e Araguari (1937), esta última um ponto de abastecimento das ferrovias para o sul de Goiás e a nova capital em Goiânia. (WIRTH, 1982: 64)

O capital obtido com a produção e a venda do café representa sua principal riqueza orçamentária, mas também, há a pecuária (com a criação da raça Zebu), algumas regiões que conseguem iniciar um desenvolvimento industrial, comercial e bancário. Além do mais, houve também o início da expansão da rede ferroviária e rodoviária, interligando as diversas regiões do Estado, antes isoladas entre si. O crescimento econômico costuma também se demonstrar em níveis inconstantes. Neste sentido,

O crescimento irregular, moderado – mas não a estagnação – define a economia mineira de 1889 a 1937. Esse moderamento, porém, não foi proporcional à população e ao poder político do estado. Enquanto outros grandes estados do Centro-sul sofreram transformações estruturais, o índice e direção da mudança na economia de Minas foi menos profunda, favorecendo menos a modernização baseada nas aspirações e técnicas capitalistas. Estado cercado de montanhas com difíceis comunicações internas, Minas não participou totalmente nem obteve grandes benefícios do mercado interno nacional em expansão, resultado do crescimento baseado na exportação. (WIRTH, 1982: 75)

TABELA 01 – População do Brasil por Estados (1872, 1890, 1900 e 1910)

Population du Brésil par État

ESTADOS ÉTATS	POPULAÇÃO — POPULATION			
	RECENSEADA EM — RECENSÉE EM			CALCULADA PARA Calculée pour 1910
	1 872	1 890	1 900	
Alagoas.....	348.009	511.440	649.273	814.060
Amazonas.....	57.610	147.915	249.756	358.695
Bahia.....	1.379.616	1.919.802	2.117.956	2.631.989
Ceará.....	721.686	805.687	849.127	1.119.489
Distrito Federal.....	274.972	522.651	691.565 (*)	870.475
Espírito Santo.....	82.137	135.997	209.783	340.805
Goyaz.....	160.395	227.572	255.284	407.405
Maranhão.....	360.640	430.854	499.308	657.453
Matto Grosso.....	60.417	92.827	118.025	185.882
Minas Geraes.....	2.102.689	3.184.099	3.594.471	4.479.689
Pará.....	275.237	328.455	445.356	783.845
Parahyba do Norte.....	376.226	457.232	490.784	604.985
Paraná.....	126.722	249.491	327.136	520.688
Pernambuco.....	841.539	1.030.224	1.178.150	1.570.183
Piauhy.....	211.822	267.609	334.328	428.216
Rio de Janeiro.....	819.604	876.884	926.035	1.266.481
Rio Grande do Norte.....	233.979	268.273	274.317	398.644
Rio Grande do Sul.....	446.962	897.455	1.149.070	1.594.439
Santa Catharina.....	159.802	283.769	320.289	441.309
São Paulo.....	837.354	1.384.753	2.282.279	3.455.030
Sergipe.....	234.643	310.926	356.264	409.931
Territorio do Acre.....	—	—	—	74.484
BRAZIL	10.112.061	14.333.915	17.318.556	23.414.177

FONTE — Anuario estatístico do Brazil 1908 - 1912. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatistica, v. 1-3, 1916-1927.

(1) Calculada. (Grifos do autor)

Por outro lado,

Apesar de diversos planos e programas, o desempenho global na formulação de diretrizes econômicas era pouco eficaz. Estão aí talvez evidenciadas as inadequações do sistema político de Minas, bem como os persistentes obstáculos a seu crescimento e desenvolvimento. Mesmo naquela época de relativo “laissez-faire”, a incapacidade dos mineiros em conduzir recursos disponíveis e potencial era uma deficiência do governo. Poderiam ter feito mais para reestruturar (mas não eliminar) a dependência desta região ao litoral. Tentaram quando a economia cresceu, embora não tenha sido o suficiente. Era de se esperar muito mais. Na divisão inter-regional de mão-de-obra no Centro-Sul, Minas desempenhou um papel neocolonial. (WIRTH, 1982: 109)

Devido ao longo período de isolamento provinciano, o imaginário popular do mineiro se caracteriza pelo caráter introjetado, tradicional, intimista e reservado. Os laços familiares são extremamente relevantes socialmente e se tornam inclusive critérios de seleção social, vinculado às lógicas do poder coletivo.

A preservação do poder está na manutenção do sistema oligárquico, cuja expressão máxima está na prática das elites políticas locais, sustentadoras do sistema do coronelismo.

Com suas escolas, clínicas e serviços burocráticos, as cidades tornaram-se postos valorizados daquele mundo mais amplo que a elite chamava de civilização. Os fazendeiros mais importantes, que desde os tempos coloniais, mantinham casas nas cidades para participarem de festivais religiosos e eventos cívicos, descobriram novos motivos para manter a residência urbana. Os que podiam pagar, freqüentemente transferiam suas famílias para a cidade quando as crianças chegavam à idade escolar. O automóvel acelerou essa tendência de vida urbana. (WIRTH, 1982: 128)

Paralelamente,

Minas Gerais – uma sociedade nova, com valores tradicionais – acreditava-se em processo de evolução, prosseguindo com as tendências modernas, ao mesmo tempo em que as gerações se interligavam suavemente. O sentido de continuidade, de mudança não ameaçadora, servia aos mineiros, conhecidos por seu conservadorismo, hábitos provincianos e forte senso de lugar. (WIRTH, 1982: 203)

Contudo, Minas ficará conhecida em todo o Brasil pela sua forte presença política no sistema federalista, pela extensão e diversidade de seu território, pelas riquezas e pela cordialidade e acolhida de seu povo aos forasteiros.

Também em Minas Gerais, haverá o processo de modernização da estrutura estatal, dos serviços mantidos por ele, bem como pela tentativa específica de promoção do movimento de racionalização da educação. Neste sentido, acreditava-se que, através da educação, haveria a possibilidade de ingressar o Estado de Minas Gerais, bem como o país no processo civilizatório.

No decorrer da Primeira República, inicia-se um movimento intenso de promoção das idéias liberais, voltadas e desejosas de uma ampla reforma social com o intuito de preservar os ideais de desenvolvimento, progresso e liberdade. Por isso, políticos e intelectuais passam a discursar a favor do avanço da escolarização, como forma de conduzir o país rumo ao aperfeiçoamento e ao processo civilizatório. Minas Gerais, enquanto Estado central no âmbito da política nacional, também se envolverá com estes ideais e passa a encabeçar ações neste sentido. Dentre estas, percebe-se o desejo de expandir a rede oficial de ensino.

1.4. Município de Patrocínio – M. G.: origens até os anos 1920

O presente item, acerca de um panorama histórico descritivo do município de Patrocínio se baseia, essencialmente, devido à escassa produção bibliográfica acerca da história do município de Patrocínio – Minas Gerais, num levantamento publicado no “*Anuário de Patrocínio - Histórico, turístico e estatístico - 1999*” (Ano 03 – n.º 03). O mesmo foi elaborado sob a responsabilidade do economista, historiador e jornalista Eustáquio Amaral, com complementos de Alberto Sanarelli, jornalista e radialista. Basicamente, consiste numa descrição cronológica de eventos considerados importantes para a consecução da história do município e sua trajetória. Contudo, como não constam as fontes históricas, bem como evidências mais claras e objetivas, o presente item tem, primeiramente, o objetivo de apenas informar alguns detalhes a fim de oferecer uma visão de memorialistas do município, preocupados em resgatar parte da memória do histórico local.

O território do município de Patrocínio, atualmente considerado componente da região do Alto Paranaíba, está localizado numa chapada a 972 metros de altitude, sendo limitada ao norte pela Serra do Cruzeiro.

A história oficial das terras remonta ao século XVII, quando os bandeirantes liderados por Lourenço Castanho Taques passam pelas futuras terras do município de Patrocínio, oriundos de São Paulo. Vencem uma batalha contra os índios cataguás, na região do Rio das Velhas, e os araxás, dirigindo a Paracatu. É o primeiro contato de que se tem notícia desta terra com os conquistadores. Aliás, há até controvérsias entre os historiadores quanto à data do ocorrido, sendo defendido por alguns como sendo em 1675.

Contudo, em 1766, há a anulação da concessão de sesmarias devido à criação do Julgado Nossa Senhora do Desterro, espécie de território sob jurisdição dos juízes municipais, criada pela Capitania de Goiás. Já em 1771, o governador Conde Valadares concede ao Capitão Inácio de Oliveira Campos a oportunidade de exploração do Bromado e Esmeril, fundando a Fazenda do Bromado dos Pavões. Dentre suas ações de destaque, está o fato de perseguição aos índios e aos negros escravos fugidos. Há inclusive a destruição de um grande quilombo, localizado na região de Dourados. A criação da Fazenda Bromado dos Pavões consiste de fato no início da história da futura cidade de Patrocínio.

O grande objetivo, perseguido pelo Capitão Inácio, em 1772, é a fundação de uma fazenda que serviria de suporte de abastecimento e pousada para os viajantes usuários da Estrada da Picada de Goiás, sendo também objetivo perseguido torná-la produtora de gêneros agrícolas e de criação de gado. Assim, por esta fazenda, passam-se todas as bandeiras com destino a Goiás e vice-versa. Pouco tempo depois, no final do ano, Inácio volta a Pitangui, devido a volta do Conde Valadares para Portugal.

Dentro de poucos anos posteriores, o Capitão Inácio morre, ficando a fazenda sob a responsabilidade de sua mulher, a famosa Joaquina do Pompeu, com rica agricultura e aproximadamente 4.000 cabeças de gado. No ano seguinte, 1773, alguns forasteiros, oriundos de Pitangui, instalam-se na Fazenda Bromado dos Pavões, ampliando o número de habitantes da região. Aos poucos, a região vai sendo cada vez mais ocupada por forasteiros, interessados em aqui se instalar.

Em 1785, há a demarcação da Sesmaria do Barreiro do Araxá pela Capitania de Goiás. Por outro lado, em 1789, é demarcada também a Sesmaria do Bebedouro de Salitre, quando a região de Patrocínio passa a pertencer oficialmente ao domínio territorial da Capitania de Goiás. Anos depois, em 1793, já é conhecida a existência de um pequeno povoado chamado de Salitre, onde será fundada a futura Patrocínio. Em outras palavras, o processo gradativo de urbanização vai acontecendo.

Cinco anos depois, em 1798, o povoado de Salitre é anexado pela Sesmaria do Esmeril, de responsabilidade de Antônio Queiroz Teles. Mais tarde, em 1804, os habitantes recebem a permissão para a construção de uma casa de oração em devoção à Nossa Senhora do Patrocínio. Assim, em 1807, o povoado de Salitre passa a se chamar Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio. Por essa época, surge o famoso Antônio Rangel Galião, proprietário de um rancho alegre. Em 1816, pelo Alvará datado em 04 de abril, os julgados de Nossa Senhora do Desterro do Rio das Abelhas (Desemboque) e São Domingos de Araxá, ao qual

pertencia Patrocínio, são separados da Capitania de Goiás e, novamente anexados à Capitania de Minas Gerais. Nessa época, o pesquisador Eschwegw visita o arraial.

O naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire, também visita a região e a descreve em seu livro “Viagem às Nascentes do Rio S. Francisco”, onde cita a existência de uma quarentena de casas dispostas em duas filas, perfazendo uma praça com uma capela no centro. Posteriormente, em 1820, o fazendeiro Antônio Queiroz Teles doa as terras da Sesmaria ao patrimônio do povoado. Neste período, os fazendeiros somente iam até o povoado em datas religiosas e aos domingos. Padre Vicente torna-se o primeiro sacerdote a realizar uma missa na região.

Em 1829, o arraial é promovido à categoria de curato, permanecendo o nome de Nossa Senhora do Patrocínio. Então, em 1833, o capelão do curato é o Padre José Ferreira Estrela. Em 07 de janeiro, é criado o município de Araxá, emancipando-o de Paracatu. Patrocínio está incluído, nesse momento, ao território do município emancipado. A lei principal n.º 114, de 9 de março, forma a Paróquia Nossa Senhora do Patrocínio, sendo o primeiro pároco o Pe. José Ferreira Estrela. Este permanece no cargo até 25 de março de 1862.

A emancipação do município em relação à Araxá ocorre pela lei provincial n.º 171, a 23 de março de 1840, quando são criados a vila e o município de Nossa Senhora do Patrocínio. Em 07 de abril de 1842 é instalada oficialmente a Vila de Nossa Senhora do Patrocínio, tornando-se esta terra oficialmente um município. O precursor do governo municipal é o Capitão Francisco de Martins Mundim, presidente da primeira Câmara Municipal e morador do bonito casarão, situado no Largo da Matriz, hoje a Fundação Casa da Cultura de Patrocínio.

No vizinho Distrito Diamantino de Bagagem (hoje a cidade de Estrela do Sul) é descoberto, em 1852, um dos maiores diamantes da história do Brasil, conhecido como o “Estrela do Sul”. Como o tráfego de pedras preciosas é intenso pela região, acontecem muitos assaltos nas estradas. Em 1853, voluntários patrocínenses conseguem exterminar o principal bando de assaltantes.

Em 30 de setembro de 1858, é desmembrado de Patrocínio o município de Estrela do Sul, incluindo Monte Carmelo e Araguari. A fundação da primeira banda de música, no município de Patrocínio, acontece em 1860, dirigida pelo músico José Marçal Ribeiro.

Já em 1868, a 29 de fevereiro, é instalado o município de Patos, sendo desmembrado de Patrocínio, juntamente com a Vila de Santo Antônio dos Patos, a futura cidade de Patos de Minas. A elevação da categoria de vila para cidade de Patrocínio somente

ocorrerá em 1873, através da Lei Provincial n.º 1995, de 13 de novembro. No dia 12 de janeiro de 1874 é instalada a cidade, em acatamento à referida lei.

Por volta do ano de 1883, surge um movimento social de caráter fanático, liderado por José Antônio de Souza, chamado como “Padre Eterno”. A Fazenda do Capão, na região de Salitre e de São Benedito se torna o reduto dos seguidores. Uma reação, composta por militares e fazendeiros de Patrocínio, consegue exterminar o movimento, depois de um conflito sangrento.

A Lei Estadual n.º 11, de 13 de novembro de 1891, institui a Comarca de Patrocínio. Em 1895, um fato curioso: ocorre a queda de um meteorito de diâmetro de aproximadamente 10 metros na região do Tejuco, causando, provavelmente, um tremor de terra nas redondezas. Os moradores o chamam “Pedra de Raio”.

Em 1900, D. Quita e D. Indelece são as primeiras professoras a atuarem na cidade, no Largo do Rosário (atual Praça Honorato Borges). Nessa época, ainda não há escolas convencionais. As moças, oriundas de famílias mais abastadas, têm de se dirigir à Franca, Estado de São Paulo, a fim de prosseguir a realização dos estudos.

A padaria Napoli (local onde funciona atualmente o colégio Dom Lustosa) é a primeira convencional de Patrocínio. É fundado o primeiro jornal patrocinese, “O PATROCÍNIO”, em 11 de março. No entanto, a circulação deste jornal tem um caráter muito efêmero.

Já o jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO”, de propriedade e direção de Honorato Martins Borges, um dos políticos mais influentes da história de Patrocínio, surge em 11 de dezembro de 1909. A edição desse jornal será importante ao contribuir diretamente para a circulação de idéias em Patrocínio e a divulgação dos projetos políticos da elite patrocinese, liderada por Honorato Borges. O jornal tem como redator-chefe o Pe. Nicolau Catalan, que em seu primeiro número, justifica a existência do jornal como veiculador dos princípios defensores do Estado, da Nação e da Igreja Católica. Além do mais, os números a serem lançados a partir daquele momento também serviriam como suporte para a moralização da sociedade patrocinese, contribuindo, de alguma forma para o enobrecimento do indivíduo, da família e da sociedade como um todo. Os interesses do jornal, então anunciados, estariam voltados para a busca do progresso humano:

Defendendo sempre, e à medida de nossas forças, os alevantados interesses do município do Estado e da Nação, conforme reza a nossa divisa, as nossas colunas estarão ao lado da sublime e sacrosanta causa da Religião Católica, tornando-se assim supérfluo prevenirmos que no nosso periódico nunca daremos ingresso a

escritos perniciosos ou ofensivos da Religião e da sã moral, ou que traduzam qualquer desdouro ao indivíduo, à família e à sociedade. Cientificando aos nossos leitores do evoluir da alta política levá-los-emos ao conhecimento dos progressos da indústria, comércio, agricultura, artes, ciências, de tudo enfim, que lhes possa ser útil. Tudo pela pátria – tudo pelo engrandecimento do Estado, tudo pelos interesses do nosso município: - eis em concisas palavras, delineada a rota que havemos de seguir na difícil tarefa que ora empreendemos; eis sucintamente traçado o nosso programa. (CIDADE DO PATROCÍNIO, Nº 01 – 11/12/1909)

A fundação do jornal “CIDADE DO PATROCÍNIO” se demonstra como um dos fatos mais importantes desse período, início do século XX, pois é através desse meio de comunicação que também haverá a veiculação das principais reivindicações políticas para o município frente ao governo estadual, bem como a defesa dos interesses da elite política e econômica de Patrocínio, composta sobretudo por coronéis e grandes proprietários rurais.

Durante todo o período de publicação do jornal, percebe-se a quantidade de manifestações de diversas pessoas ligadas à vida social, em prol do crescimento da cidade, da modernização das vias, praças, enfim de todas as necessidades de infra-estrutura da cidade. Além do mais, percebe-se também toda uma tentativa de se trabalhar as idéias, divulgando incessantemente as bases ideológicas do Partido Republicano Mineiro (PRM).

Dentre estes membros da elite patrocinese, há um destaque especial para Honorato Martins Borges, habitante de Patrocínio desde 1885, com sua primeira esposa D. Maria Felizarda de Aguiar. O destaque se justifica pelo fato de o coronel Honorato Borges ser considerado o patrono do Grupo Escolar, objeto de estudo desta pesquisa, e um dos responsáveis pela criação do Grupo.

O Coronel Honorato Martins Borges foi presidente do Diretório do Partido Republicano Mineiro (PRM), em Patrocínio, de 1904 a 1929, exercendo liderança perante os políticos da cidade.

Dessa forma, o coronel Honorato Martins Borges se consolida no município de Patrocínio como o chefe local do diretório do Partido Republicano Mineiro, conduzindo boa parte das decisões referentes às questões políticas e sociais da cidade.

Em 1911, com a nova divisão administrativa, Serra do Salitre, Cruzeiro da Fortaleza, Coromandel e Abadia dos Dourados, tornam-se distritos da municipalidade de Patrocínio.

Em 1914, ocorre um dos fatos mais importantes da história da educação no município, quando, finalmente, é instalada a primeira escola pública de Patrocínio a 15 de junho. Trata-se do Grupo Escolar Honorato Borges, criado pelo decreto 3.401 de 09 de janeiro de 1912, no decorrer do governo do Dr. Delfim Moreira.

Também no ano de 1914, chega ao município o primeiro automóvel. Por outro lado, é aberto, em 1916, o mais antigo estabelecimento comercial, ainda em atividade, as “Casas Manuel Nunes”.

O município passa, então, por um período de plenas realizações pois, a 12 de outubro de 1918, é inaugurada a Estrada de Ferro Goiaz (EFG), depois Rede Mineira de Viação e, atualmente, Ferrovia Centro-Atlântico S.A. – FCA. Em 1920, a Estrada de Ferro Oeste de Minas assume a massa falida da E. F. Goiaz e integra o trecho à sua linha-tronco. A presença de uma malha ferroviária no município de Patrocínio contribuirá enormemente para a melhoria das condições de vida da cidade, bem como o aperfeiçoamento da infra-estrutura, principalmente ligada aos transportes.

A ferrovia se torna a porta de ligação da região de Patrocínio com outras regiões do país, com destaque para o centro de Minas Gerais, bem como para a capital do país de então, a cidade do Rio de Janeiro. Isso proporcionará um maior contato da cidade com viajantes, obtendo, assim, um fluxo de idéias, de comportamentos. Enfim, este evento histórico em específico se tornou base para a dinamização e a modernização da cidade patrocinese, iniciando um ciclo de grande prosperidade.

Em 1921, é também inaugurada a energia elétrica, depois de três anos iniciada sua instalação. Nesse momento, o agente executivo (prefeito) é Osório Afonso da Silva. Em 1923, os distritos de Coromandel e Abadia dos Dourados conseguem sua emancipação frente à cidade de Patrocínio.

Outro fato importantíssimo para a história da educação na cidade de Patrocínio é a fundação do Ginásio masculino Dom Lustosa, em 17 de fevereiro de 1927, sob a coordenação do padre Matias van Rooy, da Congregação dos Padres dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria e da Adoração Perpétua do Santíssimo Sacramento no Altar, de fundação francesa, no período pós-Revolução (1789 – 1798). Porém, os primeiros padres da congregação a virem para Patrocínio, são de nacionalidade holandesa.

O Ginásio foi criado com o intuito de preservar a integridade da doutrinação e da educação católica da mocidade em Patrocínio. A Igreja Católica não via com bons olhos a presença de missões presbiterianas na cidade e passou a estimular movimento de resistência, bem como ações políticas de fato para barrar o crescimento do trabalho presbiteriano em Patrocínio.